



**Relatório.**  
**Contas.**  
2025

**Alfândega  
do Porto**



3	<b>Para além dos resultados</b> Conselho de Administração
7	<b>Ver mais além</b> Diretor Executivo
11	<b>Centro de Congressos</b>
21	<b>Atividade museológica e cultural</b>
35	<b>Infraestruturas</b>
39	<b>Recursos financeiros</b>
46	<b>Contas</b> Demonstrações Financeiras Relatório de Auditoria Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



# Para além dos resultados

**Em 2025 conquistamos** os objetivos planeados e esperados, tal como tem acontecido nos últimos anos. 2025 foi mesmo o melhor ano de sempre, em termos de resultados financeiros.

Conquistar os resultados almejados, desde que sejam sustentáveis, é o ponto máximo da gestão organizacional ou empresarial. Podemos, por isso, pensar legitimamente que estamos no ponto mais alto a que se pode querer chegar.

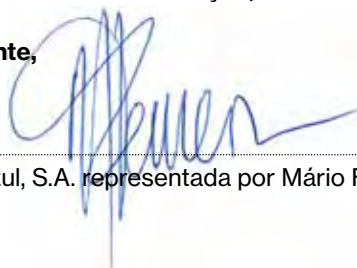
Contudo, vivemos tempos complexos e de incerteza à escala global. Por um lado, devido a alterações geopolíticas conhecidas de todos. Por outro, a mudanças estruturais da sociedade numa passagem rápida e irreversível da era industrial, para a sociedade digital, com novas ferramentas tecnológicas e poderosos meios de ação como a Inteligência Artificial (IA).

Os desafios da inovação, dos metadados e da IA têm que ser encarados por todos, incluindo a nossa Instituição, para que possamos continuar no ponto mais alto. Sabemos que somos capazes. O nosso passado evidencia de forma multidimensional essa capacidade. Assim, este Relatório merece ser votado favoravelmente por todos os associados. É o que propomos e solicitamos. Uma proposta que inclui o aviso formal para os desafios que nos esperam.

Porto, 9 de março de 2026.

**O Conselho de Administração,**

**Presidente,**



---

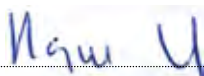
DouroAzul, S.A. representada por Mário Ferreira

**Vice-Presidente,**

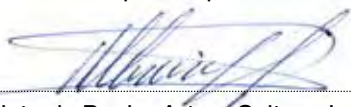


Universidade do Porto,  
representada por António Sousa Pereira, Reitor

**Vogais,**



APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.,  
representada por Raquel Maia



Quinta da Boeira Arte e Cultura, Lda.,  
representada por Albino Sousa e Silva



STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.,  
representada por Luís Osório





# Ver mais além

Hoje vivemos numa sociedade digitalizada quase por completo. (...) A digitalização da sociedade estendeu-se globalmente a grande velocidade e todas as projeções indicam uma ainda maior expansão até 2030.

Manuel Castells

**Da parte do Conselho de Administração**, na pessoa do seu presidente, temos recebido sinais diversos, que apontam no sentido da aposta na inovação. Tem sido possível cumprir e até superar objetivos delineados. Temos conseguido, ano após ano, cumprir os objetivos. Os resultados financeiros e os projetos concretizados, nomeadamente o passadiço e a lavagem exterior do granito do Edifício da Alfândega do Porto, tornam extraordinário o ano de 2025.

É nos tempos tranquilos de bonança que se deve preparar o que aí vem. Enfrentamos alguma incerteza, porque o futuro de uma sociedade digital, assente em metadados, na Inteligência Artificial, em fluxos de informação instantânea, partilhados à escala global, colocam problemas desconhecidos. A principal força socioeconómica da atividade da nossa Instituição passa por ter espaços e serviços que permitem a realização de congressos, conferências e eventos similares com dimensão tangível e confinada ao edifício. Somos dos melhores da Europa e do mundo nesta atividade.

Numa “sociedade digitalizada quase por completo”, nos termos do novo paradigma de Manuel Castells, a questão-chave que devemos colocar é o da implantação de ferramentas tecnológicas que permitam transformar os espaços físicos da Alfândega do Porto, em espaços inteligentes, em que cada atividade possa ser partilhada instantaneamente à escala do mundo.

A nossa Instituição existe há 34 anos. Nasceu com fins estritamente museológicos e culturais. A decisão, no início deste século, da assunção do centro de congressos, foi absolutamente decisiva para que a Alfândega do Porto seja hoje uma instituição exemplar, com autonomia financeira e com um elevado valor económico e cultural para a Cidade e para o País. Em 2026 precisamos de assumir uma nova decisão histórica de transformação do modo como estamos no mundo, no mercado dos congressos e dos eventos. Trata-se de tornar todos os nossos espaços inteligentes com tecnologias digitais. É certo que temos dado alguns passos, que nos parecem insuficientes. A questão não é de algumas ações circunstanciais. É de uma opção estratégica essencial e determinante para o futuro.

### Projetos concretizados

- + Resultados financeiros que mostram um crescimento sustentado face aos últimos anos, mantendo a trajetória de crescimento;
- + Concretização de alguns projetos com natural destaque para
  - » a construção do passadiço que ligam a ala central-nascente do Edifício potenciando a realização de grandes eventos;
  - » a limpeza das fachadas e do telhado do edifício, criando uma nova imagem da Alfândega do Porto;
  - » a renovação do ar condicionado no edifício, com ganhos significativos em termos ecológicos.

### Recursos financeiros externos

Concretização de financiamento de fundos europeus no valor superior 1,5 milhões de euros para os projetos referidos.

## Centro de Congressos – Cedência de espaços

As receitas originadas pela cedência de espaços totalizaram um valor de 3.015.408 €, comparativamente aos de 2024 no valor 2.251.630 € do ano anterior, com um crescimento percentual de 33,92%.

## Visão geral de resultados

Os resultados da nossa Instituição evoluem, no essencial ao ritmo dos resultados do Centro de Congressos. O quadro seguinte é esclarecedor, evidenciando a sustentabilidade do nosso crescimento.

Anos	2021	2022	2023	2024	2025	Varição 2024/2025
<b>Gastos</b>	1 533 224 €	1 538 707 €	1 782 112 €	1 841 454 €	2 317 226 €	475 772 €
<b>Rendimentos</b>	1 435 814 €	2 239 059 €	2 946 976 €	3 191 329 €	4 158 265 €	966 936 €
<b>RLE</b>	-97 410 €	700 352 €	1 164 864 €	1 349 875 €	1 841 039 €	491 164 €

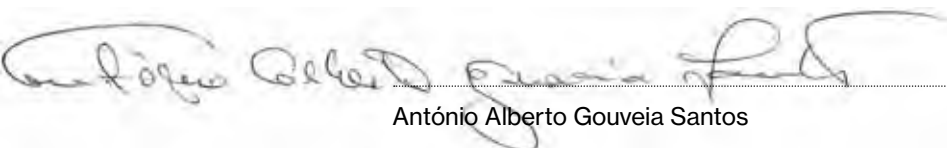
## Área museológica e cultural

Manteve a dinâmica dos anos anteriores, nomeadamente no que diz respeito às exposições e no aumento dos diversos públicos a quem o Museu se dirige.

**Em síntese**, mantivemos o grau de crescimento dos últimos anos. Os 34% de aumento das receitas da cedência de espaços do Centro de Congressos servem de exemplo, para que o foi realizado em 2025.

Porto, 9 de março de 2026.

**O Diretor Executivo,**



António Alberto Gouveia Santos

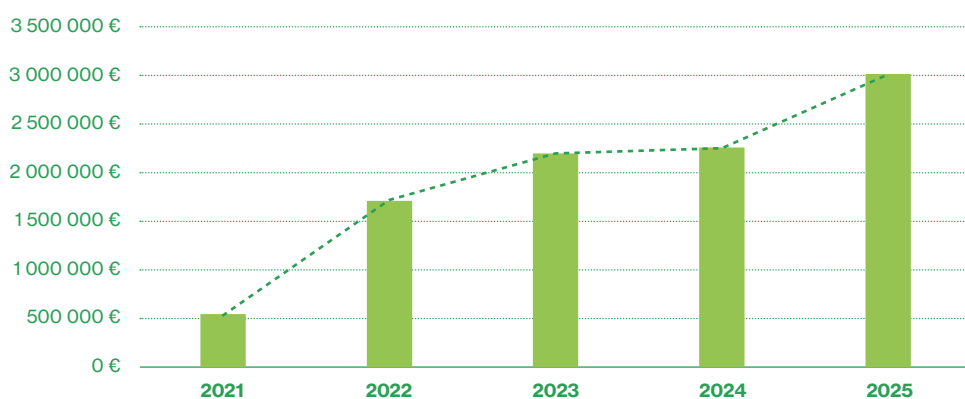


# Centro de Congressos

## Cedência de espaços

**As receitas originadas** pela cedência de espaços totalizaram um valor de 3.015.408 €, comparativamente aos 2.251.630€ do ano anterior, com um crescimento percentual de 33,92%. O gráfico seguinte apresenta a evolução dos eventos ao longo dos últimos 5 anos. Ainda assim, realça-se o resultado verificado no ano de 2025.

Cedência de espaços 2021–2025



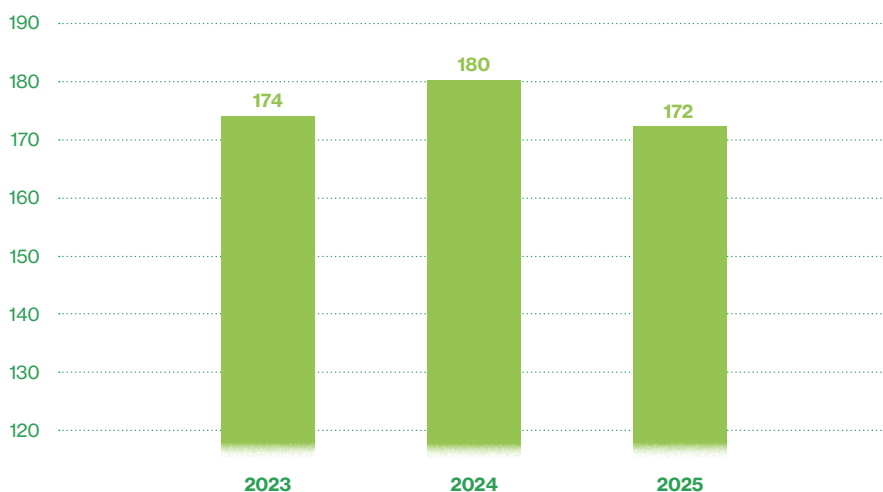
## Eventos realizados

Em 2025, o Centro de Congressos da Alfândega do Porto acolheu 172 eventos, com eventos de grande importância e dimensão. O gráfico seguinte mostra a evolução do número de eventos realizados entre 2023 e 2025 e evidencia que 2024 foi o ano com maior volume de eventos. Observa-se também que 2023 registou um número ligeiramente superior ao de 2025. Ainda assim, esta diferença não representa, por si só, um desempenho inferior em 2025, uma vez que o número de eventos não traduz integralmente o impacto operacional e financeiro da atividade.

Apesar de 2024 ter contado com mais eventos do que 2025, os eventos realizados em 2025 caracterizaram-se por uma maior duração, com mais dias por evento. Esta alteração no perfil dos eventos permitiu aumentar o tempo de exploração, a taxa de consumo e as oportunidades de geração de receita. Como resultado, os eventos de 2025, embora em menor número, foram mais rentáveis e geraram um volume de *revenue* superior.

Deste modo, o ano de 2025 reflete uma abordagem mais estratégica, orientada para a qualidade e para a maximização do retorno económico, em vez de um foco exclusivo na quantidade de eventos.

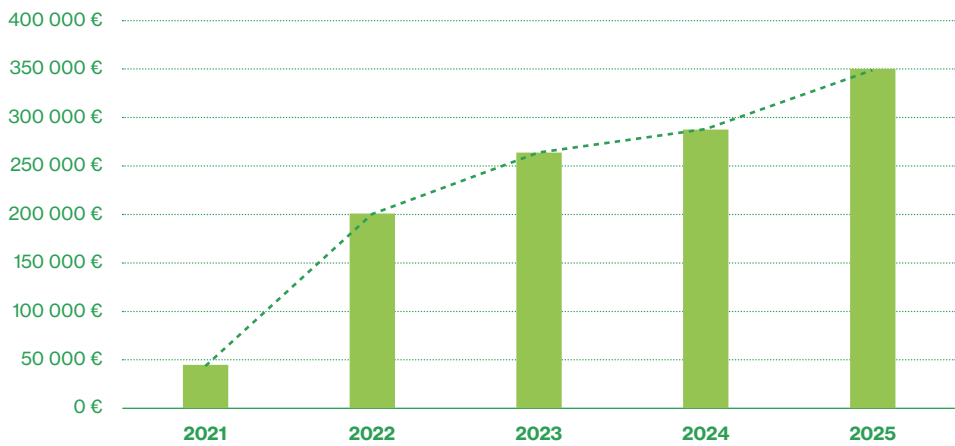
### Nº Eventos



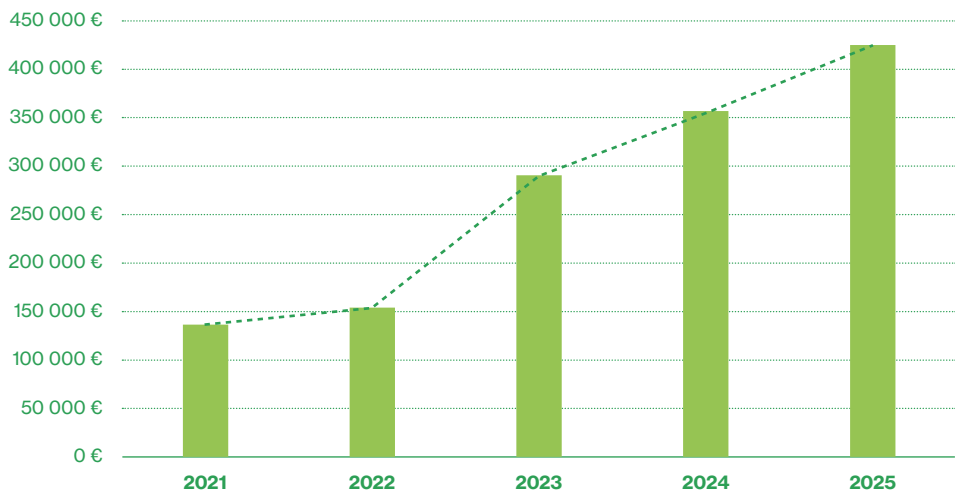
**Receita proveniente dos parceiros de catering e audiovisuais**

Em termos de comissões de catering e de audiovisuais, obtivemos 643 281,74 € em 2024 e em 2025 recebemos 773 927,84 €. Verificou-se um crescimento na ordem dos 20 % de um ano para o outro.

**Receita referente aos parceiros de Catering 2021-2025**



**Receita referente aos parceiros de Audiovisuais 2021-2025**



## Eventos em destaque

Entre os 172 eventos realizados ao longo do ano, destacamos os seguintes:

- + ICCA 2025
- + White Wedding
- + Simplesmente Vinho
- + Mercadinho do Bebê
- + Imobinvest
- + Festival Forró Douro
- + TEDx Porto
- + Mostra Nacional de Ciência
- + 39th EFFoST International Conference 2025
- + ISAF-RHINA 2025
- + Fórum Nacional de Seguros
- + Gaia Meeting
- + Kubernetes Community Days Porto
- + Porto Coffee Week
- + Salão Automóvel Híbrido e Elétrico
- + NDC Porto
- + Cardio4All
- + Porto Drum Show
- + Expo Maratona
- + XXXVII Fórum de Dermatologia
- + Prémio da Fundação António da Mota
- + Porto Tech Hub
- + Porto RH Meeting
- + EUROGIN 2025
- + Congresso Português de Cardiologia 2025
- + Fundamentals of Adsorption – FEUP
- + AP–OSCE 2025
- + Encontro Nacional de Limpeza Urbana 2025 | Porto
- + TAS 2025
- + EFMC – ASMC 2025
- + Conferência EUCAS FCT
- + Law Academy
- + FNN Congress 2025
- + NEXii Longevity 2025
- + 53rd International Conference of EDTNA/ERCA

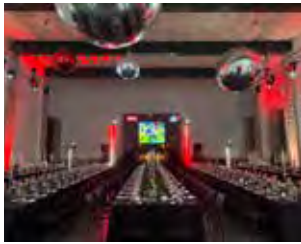
- + SAHE 2025
- + Congresso Nacional APFH 2025
- + KW Portugal – Family Reunion 2025
- + EDSOC Conference 2025
- + III Exposição de Ourivesaria – Alfândega Jóias
- + Festa Club Cais 447 | 17º Aniversário
- + Porto Réveillon

## Eventos âncora

Um dos objetivos contínuos e indispensáveis do centro de congressos é a conservação dos eventos que consideramos “âncora”, eventos que se realizam regularmente nos nossos espaços. Em 2025 não foi exceção e voltamos a ser o local escolhido para eventos de referência, entre os quais as feiras especializadas do setor que têm assumido notório crescimento, tais como a White Wedding, o Salão Automóvel Híbrido e Elétrico, o NDC Porto, a Expo Maratona, o Porto Drum Show, o Mercadinho do Bebê, a Exposição de Ourivesaria Alfândega Joias e o Imobinvest. Continuamos a ser a escolha para vários eventos nacionais, regionais e internacionais, tais como o ICCA 2025, o Breaking World Battle & World Series, as Mostras Nacionais de Ciência e de Jovens Empreendedores, o Cardio4All, o Gaia Meeting, o RH Meeting, o TEDxPorto e o Porto Réveillon. Foram ainda acolhidos novos eventos, que já contam com reservas para os próximos anos, e que se perspetivam como bons eventos anuais.

## Congressos internacionais

O ano de 2025 foi recheado de congressos internacionais de grande impacto na indústria. Recebemos 21 congressos internacionais, dos setores da tecnologia, ciência, saúde, desporto e engenharias. Importa referir que estes congressos trouxeram à Alfândega e à cidade do Porto, milhares de pessoas das mais variadas nacionalidades, que contribuíram significativamente para o crescimento e desenvolvimento da economia local, representando assim um retorno financeiro muito interessante para a cidade. O sucesso destes congressos traduz-se nos elevados índices dos inquéritos de satisfação



e nas reservas que já foram efetuadas pelos mesmos organizadores para anos futuros. Este ano o centro das atenções vai para o Congresso da **ICCA – International Congress and Convention Association**, reconhecido como o mais prestigiado evento mundial da indústria de congressos e eventos. Receber no nosso espaço os principais decisores, especialistas e líderes globais do setor representou não só um marco de grande relevância institucional, como também a confirmação da capacidade da Alfândega do Porto em responder aos mais elevados padrões de exigência internacionais. O sucesso do evento reforçou o posicionamento do nosso espaço como uma referência para a realização de eventos de excelência, inovação e impacto global.

## Exposições

Nos últimos quatro anos a Alfândega tornou-se num dos mais reconhecidos núcleos culturais da cidade e prevê-se esta tendência para os anos vindouros. São milhares de pessoas, nacionais e internacionais, que percorrem o nosso edifício para visitar as exposições temporárias/comerciais que por aqui passam. O aluguer dos nossos espaços para estas exposições aumentou exponencialmente e confere ao edifício uma vida que se coaduna e complementa a nossa própria oferta museológica.

Em 2025, acolhemos as exposições, *Lego, Impressive Monet & Brilliant Klimt, Dino Experience Porto e Fluxo. Objetos, pessoas e lugares*. A exposição de longa duração **Porto Legends** mantém-se e com boas perspetivas. De referir que o cliente das exposições **Ocubo**, à semelhança do ano transato, tem sido alvo de nomeações, em prémios de referência no seu setor de atuação – experiência, cultura e entretenimento.

É novidade em 2025 a entrada de uma nova exposição do Município do Porto, no Piso 1 Nascente, que, a médio-longo prazo, tem por base ser o núcleo central do **Museu do Porto**, antes de passar a ter lugar definitivo no Palácio de São João Novo.

## Ações importantes ao longo do ano de 2025

Ao longo do ano de 2025, o centro de congressos desenvolveu e implementou diversas ações estratégicas que reforçaram a sua eficiência operacional, a comunicação com os clientes e a qualidade dos serviços prestados. Em março, deu-se a passagem para o digital, marcando um importante avanço na modernização dos processos internos e na disponibilização de ferramentas digitais para os colaboradores e clientes. Como complemento, foram ainda instaladas estruturas de sinalética digital que permitiram um melhor fluxo de congressistas e visitantes pelo edifício e que reforçaram a importância da tecnologia no momento atual.

Em maio, procedeu-se à otimização da base de eventos, com a integração de estatísticas, gráficos e informações relevantes, permitindo um acompanhamento mais detalhado e sistemático das atividades do centro de congressos. Nesse mesmo mês, foram introduzidos novos formulários de apoio à gestão, destinados a pedidos de contacto e à recolha de informações essenciais para a elaboração de planos logísticos, e foi lançada uma nova apresentação digital, em português e em inglês, para envio aos clientes, reforçando a comunicação institucional e a imagem profissional do centro.

Ainda em maio, foi confirmada a realização do evento CILAD – um dos maiores do setor, e tiveram início as obras do passadiço, um projeto estrutural importante para a melhoria das instalações e da experiência dos visitantes. No mês de junho, o centro organizou, em parceria o primeiro evento de S. João, consolidando a sua presença em atividades culturais e de relevo local. Ainda nesse mês, promoveu-se o debate “Falar do Porto na Alfândega do Porto”, o primeiro de uma série, que contou com a participação dos 11 candidatos à Câmara Municipal do Porto, reafirmando o papel do centro como espaço de diálogo e debate cívico.

Estas ações demonstram o compromisso contínuo do centro em modernizar processos, melhorar a gestão e a comunicação, e criar experiências de relevância para clientes e comunidade, garantindo um desenvolvimento sustentável e inovador ao longo do ano.

## Participação em feiras nacionais e internacionais

O ano de 2025 foi recheado de participações da Alfândega quer a nível nacional quer internacional.

Este enfoque traduziu-se na participação em eventos e cursos internacionais realizados no início do ano, entre 28 e 30 de janeiro, na IAPCO, na presença de diversos profissionais do setor, bem como na participação na feira internacional IMEX, em Frankfurt, no mês de maio, permitindo a criação de novas conexões e o acompanhamento das tendências globais na indústria dos eventos.

Durante o mês de julho, o centro de congressos esteve também envolvido em iniciativas promovidas pela ATP, incluindo visitas técnicas a outros espaços do setor, o que possibilitou uma atualização constante das melhores práticas e a identificação de oportunidades para fortalecer a sua oferta.

Outubro foi o mês onde surgiu a oportunidade de participar no Reinvent, um evento também ele dedicado a profissionais, organizado pela Event Point e que promoveu o debate sobre temas atuais da indústria.

O compromisso contínuo em posicionar internacionalmente o centro de congressos e fomentar o *networking* como foco de crescimento, foi claramente intensificado este ano e continua a ser uma prioridade para os anos vindouros.



# Atividade museológica e cultural

**Em 2025, o tema proposto** pelo ICOM – International Council of Museums, como base de ação da comunidade museológica mundial foi “O Futuro dos Museus em Comunidades em Rápida Transformação”.

Neste contexto, o **património material e imaterial** ao cuidado do museu foi, ao longo de 2025, fonte de inspiração para a criação e desenvolvimento de atividades que procuraram atrair públicos diversos para participarem ativamente na reflexão sobre o papel do museu na sociedade contemporânea em rápida mudança.

Cientes de que a comunicação com os públicos em geral e com os **mais jovens** em particular, passa, cada vez mais, pelos meios digitais, procuramos estar presentes ativamente nas diversas plataformas onde se comunicam os mais variados conteúdos, onde partilhamos as nossas coleções e realizações.

Cientes de que a democratização cultural é importante como estratégia para ampliar o acesso da comunidade em geral a variadas práticas culturais, defendemos de que esta ação deve andar de mãos dadas com a democracia cultural que é sustentada pela construção de práticas culturais através do envolvimento das próprias comunidades.

A missão do Museu corporizou-se nos seus projetos que tiveram como premissa essencial o envolvimento e o desenvolvimento dos seus públicos, contribuindo para a promoção da acessibilidade a atividades culturais que se desejam ser momentos de bem-estar físico e mental de todos os envolvidos.

As propostas que apresentámos para 2025 alicerçaram-se no dever da continuidade do trabalho ao nível da promoção do acesso e da fruição em torno do Edifício da Alfândega, dentro e fora de portas, e de tudo o que ele envolve enquanto Museu e Centro de Congressos, com o objetivo de contribuir para a formação de uma cidadania cada vez mais informada, colaborativa e atuante.

Sendo o Museu um espaço, por excelência de encontro, diálogo, partilha, um “motor” que despoleta emoções e potencia a construção de relações, e acreditando que, através deste ambiente eminentemente democrático e participativo, se constitui como um ator transformador da comunidade onde se insere, orientamos a nossa prática pelos dois eixos estratégicos preconizados para o ano de 2025: inovação e comunicação.

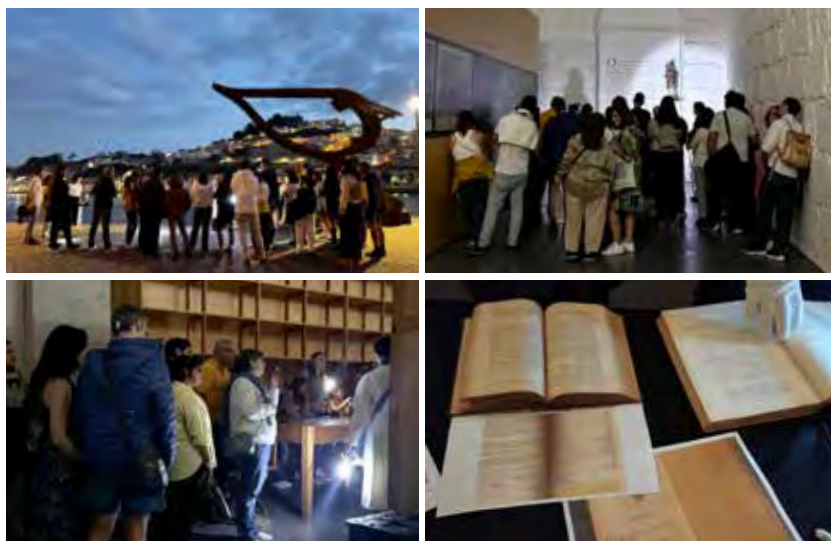
**Inovação** em termos de conteúdos, narrativas e propostas de animação dos mesmos e **Comunicação** de proximidade como ferramenta fundamental para tornar acessível a informação patrimonial e cultural, para informar e envolver os públicos habituais e cativar novos públicos.

À luz deste modo de ser e fazer, apresentamos as principais ações desenvolvidas em 2025 tendo em consideração as áreas estratégicas apresentadas no documento “Alfândega do Porto: Opções Estratégicas. Plano. Orçamento 2025”.

## Edifício da Alfândega e Coleção Aduaneira

A dinamização do espaço Alfândega bem como das coleções a si associadas materializou-se em várias realizações:

- + Dia Internacional dos Museus assinalado no dia 18 de maio com a realização do percurso pedonal “Porto – cidade de rios e correntes” em parceria com o Museu do Porto (Arqueossítio e Casa do Infante) e Museu do Carro Eléctrico. Visitas livres e gratuitas, atividades lúdicas e o Museuspaper (peddy-paper entre os museus da cidade do Porto), complementaram a celebração deste importante dia para os museus de todo o mundo;
- + Noite Europeia dos Museus com a visita noturna ao Edifício “Lendas, Apalpadeiras & Trapicheiras: visita à média luz com Zé do Saco, o Contrabandista”;
- + Visita técnica a convite da Autoridade Tributária e Aduaneira de Lisboa, a 2 junho, para aprofundar conhecimentos sobre



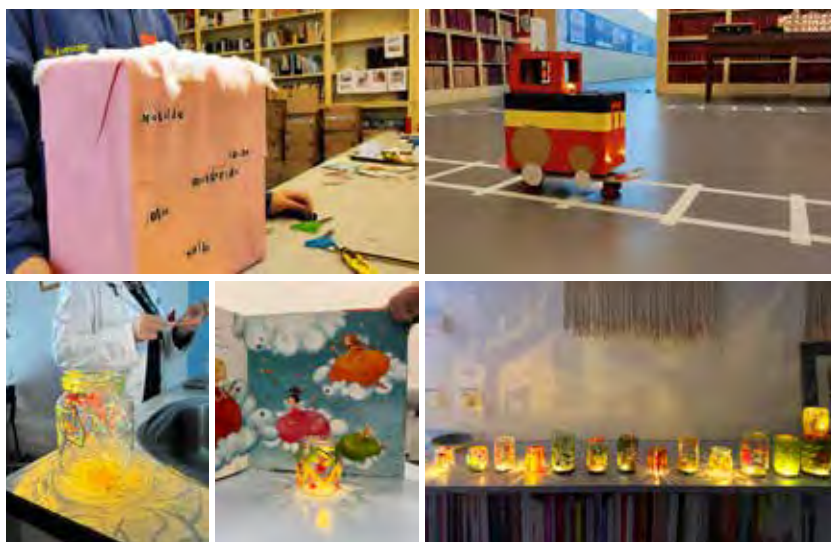
funções e áreas de trabalho. Foi possível visitar a área da AT no Aeroporto de Lisboa e o histórico edifício do Terreiro do Trigo onde se localiza o Laboratório e a Biblioteca histórica da Alfândega de Lisboa;

- + Renovação e ampliação de acervo integrado na exposição “Metamorfose de um lugar: Museu das Alfândegas”, mais concretamente no Núcleo III sobre “Apreensões”, no Núcleo IV sobre O Império dos Símbolos e Núcleo V sobre a construção da Alfândega, com integração de peças em reserva da coleção aduaneira (máquina de escrever, arcas para documentos e valores, âncora, balança, carrinho de transporte de mercadorias), da coleção Ilícito e de imagens de arquivo;
- + Visitas interpretativas ao Edifício da Alfândega do Porto para públicos em grupo (formato de Caça ao Tesouro para grupos entre os 6 e aos 12 anos), integradas em contexto escolar, nos eventos acolhidos no Centro de Congressos ou eventos temáticos como o Dia Nacional dos Centros Históricos ou a Noite dos Museus;
- + Acolhimento da 19ª edição Universidade Júnior 2025, em parceria com a Universidade do Porto. Entre 7 e 25 de julho, vinte grupos de jovens do 5º e 6º anos, tiveram a possibilidade de durante um dia, conhecer melhor a história da Alfândega e experimentar o Despacho Aduaneiro desenvolvendo a oficina “Despachar depressa e bem não há quem!”. Aprofundaram ainda



o conhecimento sobre a Biblioteca da Alfândega através da oficina “Aqui há bicho!” e exploraram a obra “Ali Babá e os 40 Ladrões” segundo a técnica diferenciadora do *knolling* literário;

- + Programa de Natal, com participação de crianças e jovens nas oficinas realizadas dentro e fora de portas: oficina de Lanternas de Natal “Luz sobre o Rio” (Museu, Centro de Reabilitação do Norte e Centro Materno Infantil do Porto) e Oficina “Comboio Encantado de Natal” na Biblioteca da Alfândega.



## Valorização e Itinerância da Biblioteca da Alfândega

O desenvolvimento permanente das ações de tratamento técnico documental, conservação preventiva e catalogação do espólio documental, desenvolvido durante o primeiro semestre, foi complementado com outras atividades que visaram divulgar o espólio da Biblioteca dentro e fora de portas:

- + Apresentação da exposição “Desporto Automóvel em Portugal: anos 30 a 70” na galeria de exposições temporárias da Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, entre 10 fevereiro e 31 de março, onde foi apreciada pela comunidade de estudantes, professores e funcionários da FEUP;
- + Celebração do Dia do Autor Português, em parceria com a Associação Assarapanto, que integrou uma conversa com autores portugueses e o desenvolvimento da dinâmica “Um Livro no Museu” através da qual os visitantes e participantes exploraram as exposições do Museu e foram presenteados com 23 livros por si descobertos durante a visita;
- + Participação regular nas Conversas com Norte – BAD (online), nas reuniões online do Grupo GT – Sim (Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus) e colaboração com a organização do Encontro 2025 deste grupo, que se realizou a 17 de outubro no Museu de Ciência da Universidade de Coimbra;
- + Dinamização da rubrica “Destaque do Mês”, com apresentação mensal de uma edição da Biblioteca através de mostra em vitrine de destaque e divulgação através do site e *newsletter* temática;
- + Acolhimento da terceira edição da dinâmica “Teias do Saber e do Fazer”, em parceria com a BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação. Durante um dia, o grupo composto por técnicas das Bibliotecas da Universidade de Coimbra e do Arquivo da



Câmara Municipal de Lisboa, participaram ativamente nas atividades que visaram aprofundar o conhecimento sobre a Biblioteca da Alfândega e sobre as atividades de promoção junto de diferentes tipos de utilizadores.

### **Exposição “O motor da República: os carros dos Presidentes”**

Ao longo do ano a exposição foi espaço de realização de visitas livres por parte de visitantes nacionais e estrangeiros, de participantes dos eventos do Centro de Congressos, visitas de grupo orientadas, da oficina “República: Mola a Mola”, que visa destacar os principais momentos da história da República para os grupos mais jovens.

A propósito da passagem dos 115 anos da Instauração da República, foi integrada na exposição uma mostra alusiva ao 5 de outubro de 1910, à história da Primeira República e aos modelos automóveis desse período. Impressões de grande formato de imagens da época e miniaturas automóveis permitem aos visitantes um melhor conhecimento sobre o contexto histórico de Portugal de então.

De modo a promover uma melhor acessibilidade dos visitantes estrangeiros para com os conteúdos desta exposição, foram colocados QR-Codes para acesso à tradução dos textos em inglês. Este formato complementa agora a disponibilização da tradução em suporte papel.

### **Responsabilidade social / colaboração com a comunidade**

A colaboração com a comunidade permite, ano após ano, acrescentar valor e cumprir com a responsabilidade social que a AMTC assume em termos da comunicação das suas temáticas. Foram várias as ações e os públicos alcançados com:

- + Desenvolvimento mensal da Hora do Museu nas Pediatrias do CMIN – Centro Materno Infantil do Norte e IPO – Instituto Português de Oncologia, com leitura de histórias, apresentação de peças das coleções, dinamização de oficinas, partilha de conhecimentos, entre outras estratégias de modo a contribuir com momentos de descontração de crianças, famílias e profissionais de saúde;
- + Participação no IV Encontro Nacional de Educadores e Professores 2025 – Saúde e Educação para Todos, que se realizou no Auditório Alexandre Moreira – Hospital Stº António,

- com a apresentação de comunicação alusiva à experiência do MTC nas pediatrias hospitalares;
- + Estabelecimento de nova parceria com o Centro de Reabilitação do Norte, localizado em Valadares – Vila Nova de Gaia, que permitiu que a Hora do Museu se estendesse para a margem sul do rio Douro;
  - + Apresentação da exposição itinerante “Alfândega do Porto: Museu Fora de Portas” e desenvolvimento de oficinas práticas complementares, bem como da ação “Conversas à Medida” alusivas a temas como História da Alfândega, Salvaguarda do Património, História da República Portuguesa, 50 Anos do 25 de Abril de 1974, em vários contextos Fora de Portas. O Museu, ao longo do ano, foi ao encontro das seguintes comunidades:
    - » CEFPI – Centro de Educação e Formação Profissional Integrada – Porto (janeiro)
    - » Escola Secundária de Vila Verde – Braga (abril)
    - » APPC – Ass. Port. de Paralisia Cerebral – Festa da Criança – Valbom (junho e julho)
    - » Associação Criança Diferente – S. Mamede Infesta (outubro)
    - » CRN – Centro de Reabilitação do Norte – Valadares (novembro e dezembro)
  - + Participação na 31ª Conferência Anual da IACM, no Museu Aduaneiro da Bélgica, em Antuérpia, nos dias 22, 23 e 24



outubro na qual se trabalhou na preparação da apresentação da IACM na sede da WCO – Organização Mundial das Alfândegas, em Bruxelas, no Dia Mundial das Alfândegas, assinalado a 26 de janeiro de 2026;

- + Participação em momentos de (in)formação e partilha de conhecimentos e metodologias de comunicação e mediação em Museus: II Jornada Ibero-Americana Museus e Sustentabilidade: Educação e cuidado para o bem-estar coletivo” que se realizou no Museu Nacional Soares dos Reis nos dias 16, 17 e 18 de junho; sessões de apresentação dos projetos da Câmara Municipal do Porto “Por Um Porto Acessível” e Novos Mapas Turísticos da cidade; Encontro Anual da RPM – Rede Portuguesa de Museus que, nos dias 4 e 5 de novembro, no Espaço Vita em Braga, celebrou os 25 anos desta estrutura em rede que visa a qualificação do panorama museológico nacional e que o Museu integra desde 2001;
- + Colaboração com a comunidade educativa no processo de formação académica e profissional através do acolhimento de alunos da licenciatura em Educação, da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, em momentos de visitas de grupo orientadas para conhecer o trabalho do Serviço Educativo do Museu;
- + Participação em celebrações conjuntas com outras entidades culturais e a convite da Câmara Municipal do Porto, nomeadamente na celebração do Dia Nacional dos Centros Históricos, com a seguinte programação: abertura no dia 28 de março com Concerto de Ricardo Ribeiro na Cordoaria; visita à Associação Cultural de Artes Tradicionais e conversa com o fundador Sr. Manuel Andrade; percurso “Miragaia e a Cerâmica: passado e presente”, em parceria com o Banco de Materiais – Museu do Porto e a Oficina de Cerâmica do Sr. Manuel Andrade em Miragaia; Percurso “O Porto do Duque da Ribeira” com a Associação DRAMAS, Casa do Infante e Centro Social e Paroquial de S. Nicolau;
- + Celebração do Dia do Professor com o acolhimento de professores para apresentação do Programa Educativo 2025-26 e visita exploratória ao Edifício e exposições;
- + Participação, a convite do Museu dos Carro Eléctrico, no grupo de reflexão “Observatório Vale de Massarelos” que envolve



a comunidade em redor deste território em momentos de encontro e debate acerca dos impactos da construção da nova ponte sobre o Douro. Participam também a Associação de Moradores de Massarelos, a Faculdade de Arquitetura, a Metro do Porto e a Bibliotecas e Museu do Porto;

- + Empréstimo de aguarela da AMTC “Veleiros no Cais de Gaia – Regata do Infante 1994”, para integrar exposição temporária, do Pintor Abílio Guimarães, alusiva à realização de Regatas em Portugal em 1994, 1998 e 2000. Organizada pela Câmara de Vila Nova de Gaia e Associação Cultural Amigos de Gaia, abriu ao público em outubro, no Convento de Corpus Christi e prolongar-se-á até março de 2026.

## Comunicação

A dinamização da comunicação física e digital regular tem sido fundamental para (in)formar, cativar e fidelizar públicos. Em 2025 destacamos:

- + Criação no site institucional de área dedicada a exposições temporárias que se apresentaram ao público e, cujos conteúdos, ficam disponíveis no espaço virtual para memória futura. Estão acessíveis os *flipbooks* das exposições “O Sabor da Terra” e “Mulheres pela Liberdade”;

- + Gravação, na Biblioteca e Museu das Alfândegas, de apontamentos para a “Companhia dos Livros”, rubrica de Sérgio Almeida no JN Direto, que contribuiu para a promoção deste espaço histórico junto dos seguidores desta rubrica;
- + Renovação do Programa Educativo 2025-2026 com reforço de propostas que visam dinamizar a Biblioteca da Alfândega e o gosto pelo mundo dos livros e da leitura, nomeadamente as oficinas “*Knolling Literário*” e “Aqui Há Bicho!”.

## Públicos / Utilizadores do Museu em 2025

Em 2025 registamos 23.397 bilhetes o que se traduziu num total acumulado de 25.150 utilizadores já que existem bilhetes “combinados” que dão acesso a mais do que uma exposição/experiência. Registamos, portanto, um aumento de 4% face ao total acumulado de 24.793 utilizadores acolhidos em 2024, acompanhando a tendência nacional e regional de aumento do número de turistas.

O total de utilizadores acumulado desdobra-se em 20.040 utilizadores dentro de portas e 5.110 participantes em atividades Fora de Portas que englobaram a apresentação do Museu, a “Hora do Museu” dinamizada mensalmente nas Pediatrias do CMIN – Centro Materno Infantil do Norte e IPO do Porto e a estadia da exposição itinerante no exterior.

Como os bilhetes adquiridos, no contexto de visitas de grupo, podem incluir uma ou mais exposições/experiências, de modo a corresponder a várias áreas curriculares e objetivos pedagógicos, é pertinente apresentar a contagem dos utilizadores por áreas temáticas:

Visitantes por temáticas	2023	2024	2025
<b>O motor da República</b>	10 843	10 423	9 271
<b>Metamorfose de um Lugar</b>	4 811	7 445	7754
<b>Edifício da Alfândega</b>	2 225	1 556	2114
<b>Museu Fora de Portas</b>	3 261	4 716	5110
<b>Outras temáticas</b>	797	653	901



Em relação aos turistas estrangeiros, que representam cerca de 24% da totalidade de utilizadores (o aumento face aos 14% indicados no ano anterior poderá dever-se à introdução, em 2025, de um registo informático mais sistemático e mais próximo da realidade do que o anterior registo manual), os países de origem dos estrangeiros mais representados são: França, Espanha, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos da América, Brasil, Países Baixos, Ucrânia, Itália, Rússia, Bélgica, Polónia e Canadá.

Em termos de grupos etários os utilizadores individuais com idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos são os mais representados, seguindo-se o grupo entre os 30 e os 40 anos, os jovens entre os 20 e os 30 anos, os jovens entre os 12 e os 25 anos, as crianças até aos 12 anos e, por último, os adultos acima dos 60 anos.

Esta análise de gerações permite-nos constatar que devemos dar cada vez mais atenção à programação orientada para os mais novos e respetivas famílias e para os mais velhos, trabalhando quer na formação de novos públicos, quer atuando junto da população sénior em termos de propostas para a valorização dos seus saberes e fazeres, no reforço positivo da sua identidade e das suas memórias, enfim, contribuindo para o seu bem-estar e qualificação do seu processo de envelhecimento.

Temos ainda a registar um total de 12.870 utilizadores gratuitos, nomeadamente as visitas livres à Biblioteca e Museu da Alfândega, os utilizadores do Centro de Congressos, os participantes nas atividades comemorativas como o Dia Nacional dos Centros Históricos, Dia Internacional dos Museus, Noite Europeia dos Museus, Jornadas Europeias do Património e ainda os participantes na Hora do Museu nas Pediatrias Hospitalares, nas apresentações do Museu em contexto escolar e na itinerância da exposição “Alfândega do Porto: Museu fora de Portas”.

Estas visitas, constituem uma forma de ampliar o cumprimento da nossa responsabilidade social no que diz respeito à preservação e comunicação da história aduaneira com a comunidade, envolvendo-a em projetos de democracia cultural que incorporam os contributos de todos aqueles que desejam fazer parte deste superior desígnio: manter viva a memória da Alfândega Nova do Porto e garantir a sua permanência para as futuras gerações.

Em termos da sustentabilidade social o papel do Museu tem sido importante pois, atuando sob diversos formatos na comunicação do património aduaneiro e da relevância do papel dos transportes na sociedade contemporânea, tem contribuído para o reconhecimento das práticas culturais como bases para uma cidadania ativa, para a formação e reforço da identidade dos indivíduos, para a resiliência e bem-estar dos indivíduos e respetivas comunidades face à complexidade e mutação permanente das realidades pessoais, locais e globais.



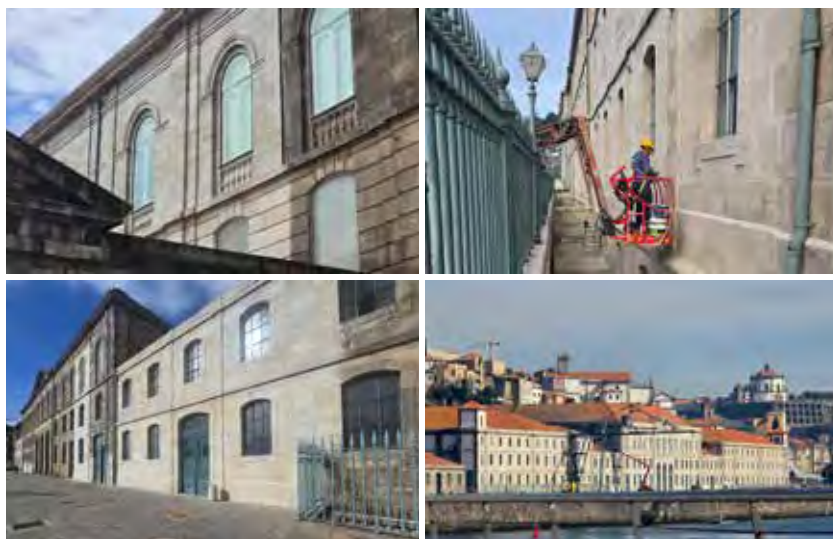


# Infraestruturas

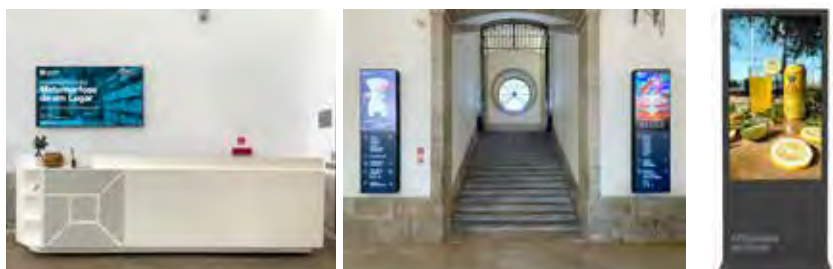
**Durante o ano de 2025** as ações de manutenção, as ações corretivas e aquisições mais revelantes no Edifício da Alfândega, foram as seguintes:

- + Construção de um Passadiço de ligação Central-Nascente. Foi realizado o processo de concurso público e o início dos trabalhos. A Obra encontra-se na fase final.



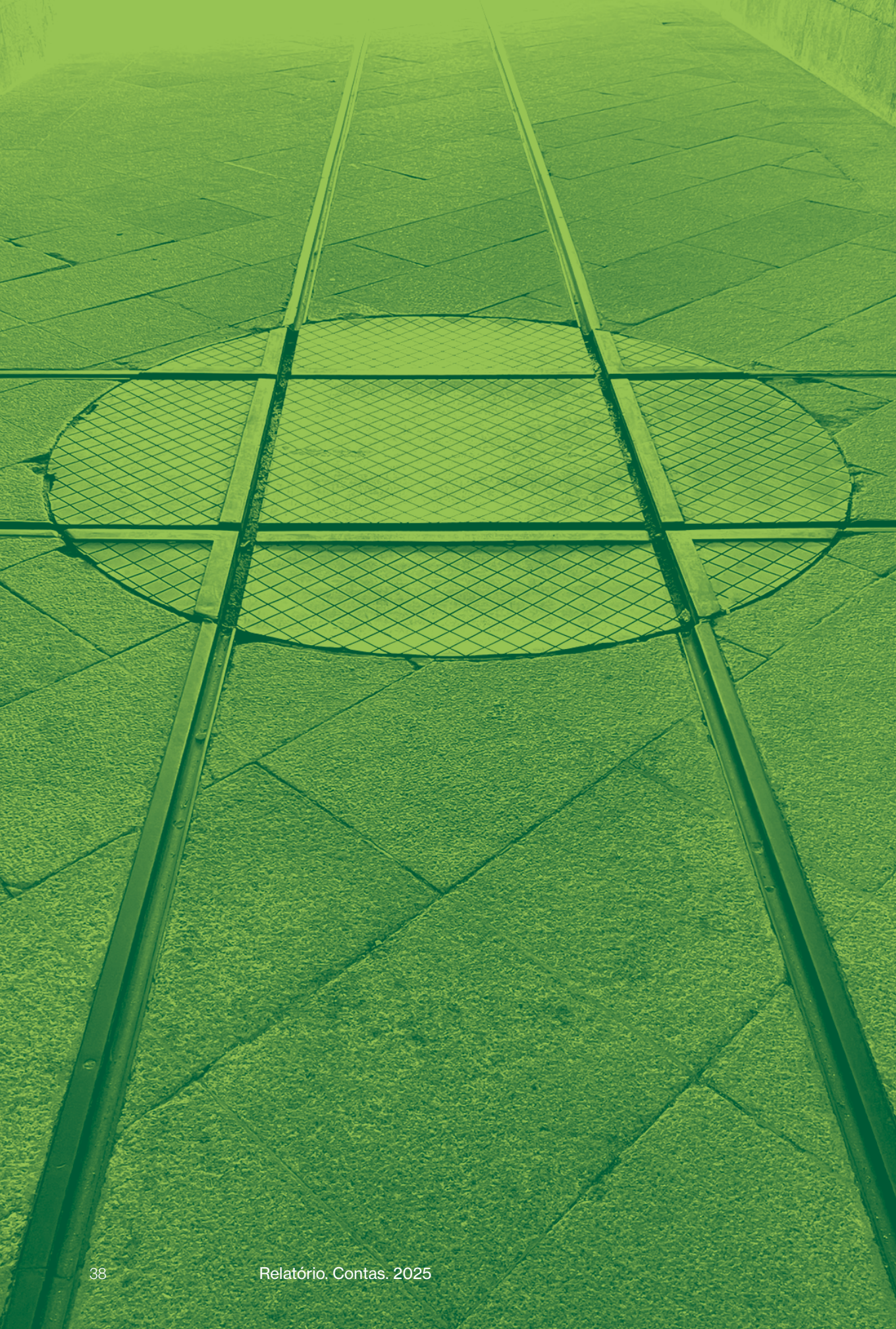


- + Limpeza das fachadas e dos telhados do Edifício e a criação de uma linha vida em toda a periferia. A Obra encontra-se executada em cerca de 50% da intervenção total.
- + Substituição da climatização do Piso 2 Poente: substituição do *chiller* por bomba de calor e respetivas unidades de tratamento de ar. A Obra encontra-se concluída.
- + Instalação de sinalética digital para orientação no edifício e informação dos eventos que decorrem no edifício.



- + Raspagem e pintura do piso em epoxy da Sala dos Despachantes e do Edifício das Oficinas.
- + Upgrade da cobertura e da rede estruturada de internet no Edifício. Interligação dos equipamentos com fibra ótica e criação de redundância nas cablagens.
- + Aquisição de caixotes de resíduos para os espaços do edifício.
- + Recuperação das janelas das Furnas.
- + Recuperação do pavimento da antecâmara do Arquivo.
- + Vitreficação do Salão Nobre.





# Recursos financeiros

## Situação económica e financeira

**A atividade económica em Portugal** deverá crescer 2,0% em 2025, 2,3% em 2026, 1,7% em 2027 e 1,8% em 2028, e a inflação deverá estabilizar em torno de 2% no horizonte de projeção. A economia portuguesa continua a crescer a um ritmo robusto num enquadramento externo marcado por tensões comerciais, incerteza elevada e apreciação do euro. O impacto destes choques tem sido amortecido pelo alívio das condições financeiras, pelo aumento dos fundos da UE e pela orientação expansionista da política orçamental. O mercado de trabalho permanece resiliente, com o emprego em níveis máximos e uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto, ao longo do horizonte de projeção, o menor crescimento da população, associado à redução dos fluxos migratórios, limitará a evolução do emprego e da atividade, de acordo com o boletim económico de dezembro de 2025 publicado pelo Banco de Portugal.

Em 2025, a AMTC consolidou o seu crescimento, tendo obtido o melhor resultado de sempre que se fixou em 1.841.039 €. Em 2024, este tinha sido de 1.349.875 €.

O princípio base da prudência manteve-se na gestão criteriosa dos recursos. Nesse sentido, apenas foram realizados os investimentos considerados prioritários.

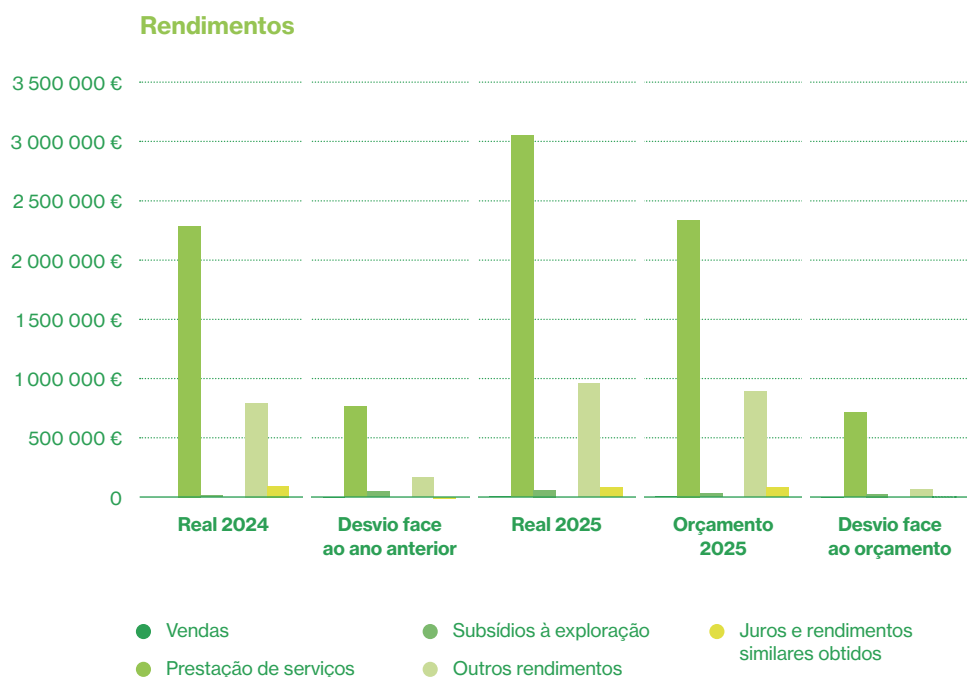
Neste Relatório e Contas, vamos analisar as rubricas de maior importância e as que apresentam divergências mais significativas face ao orçamento aprovado para 2025 e à execução do ano anterior.

Os **rendimentos** obtidos no exercício em análise perfizeram um total de 4.158.265 euros, distribuídos pelas rubricas abaixo discriminadas. Este valor corresponde a um desvio positivo de 24,13 % face ao Orçamento.

Rendimentos*	Real 2024	Desvio face ao ano anterior	Real 2025	Orçamento 2025	Desvio face ao Orçamento
<b>Vendas</b>	2 560	-1 019	1 541	4 000	-2 459
<b>Prestação de serviços</b>	2 287 238	764 187	3 051 425	2 338 400	713 025
<b>Subsídios à exploração</b>	15 410	46 283	61 693	33 900	27 793
<b>Outros rendimentos</b>	792 451	165 347	957 798	888 700	69 098
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>	93 670	-7 861	85 809	85 000	809
<b>Total</b>	<b>3 191 329</b>	<b>966 936</b>	<b>4 158 265</b>	<b>3 350 000</b>	<b>808 265</b>

\* valores em euros

O gráfico seguinte demonstra esta situação com maior detalhe:



Relativamente ao exercício anterior, registámos um aumento nos rendimentos de 966.936 euros. Por sua vez, os rendimentos de 2025 face ao orçamento apresentam um aumento de 808.265 euros. O principal desvio ocorreu na rubrica de prestação de serviços, que aumentou 764.187 euros face a 2024 e ficou 713.025 euros acima do orçamento. As prestações de serviços continuam a ser a rubrica de maior peso com um montante de 3.051.425 euros e representam 73% do total de rendimentos da AMTC, com principal destaque para as cedências de espaços.

O valor de subsídios à exploração corresponde à candidatura apresentada junto da ATP (Associação de Turismo do Porto) e com uma comparticipação de 30%, no âmbito da participação em feiras internacionais, congressos e outros eventos em formato físico ou virtual, com o propósito de atrair e fidelizar clientes. Acresce, ainda, o valor de 60.881 euros correspondente ao financiamento à taxa de 85% da candidatura aprovada no âmbito do Portugal 2030.

Durante o ano de 2025, a AMTC deu entrada numa ação judicial, onde peticiona a condenação da Ré ao pagamento da quantia de € 52.536 € (acrescido de iva à taxa legal), por incumprimento contratual.

Por sua vez, os outros rendimentos atingiram o valor de 957.798 euros, tendo registado uma variação positiva de 165.347 euros face ao ano de 2024.

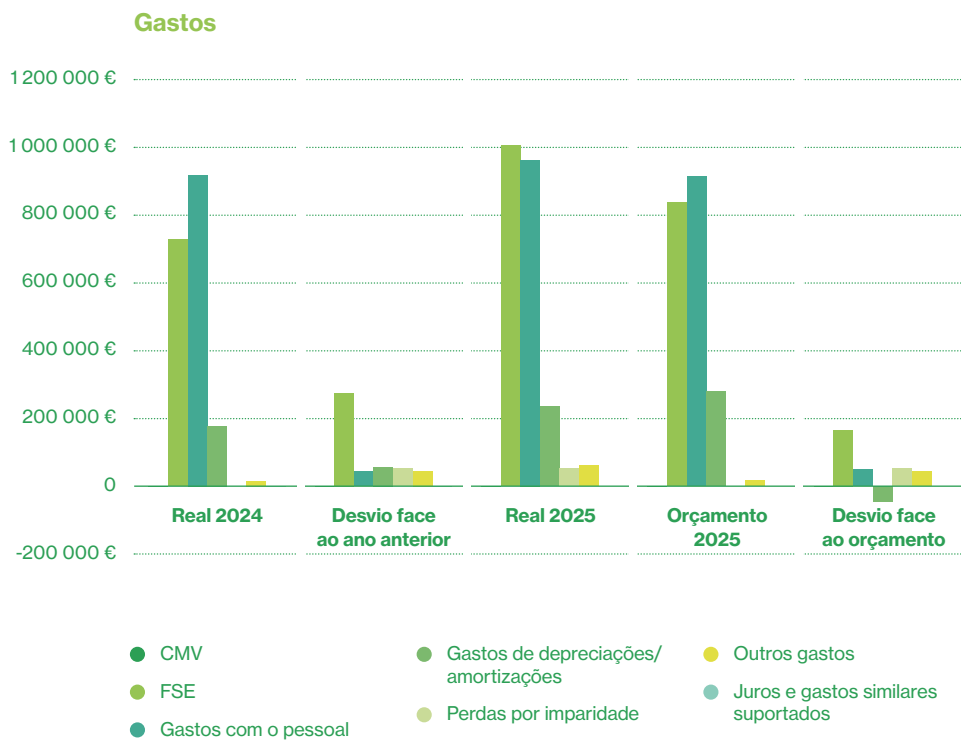
A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos em 2025 está alinhada com o valor orçamentado e apresenta uma diminuição de 7.861 euros face aos valores obtidos no ano anterior por força da redução das taxas de juro.

Em 2025, o **total de gastos** fixou-se em 2.317.226 euros, superior ao valor de 2024 em 475.772 €. Se compararmos o total dos gastos com o previsto no orçamento para 2025, verificámos que o valor realizado ficou acima em 267.226 euros do previsto.

No Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se analisados de modo pormenorizado, todos os valores constantes no quadro seguinte.

Gastos*	Real 2024	Desvio face ao ano anterior	Real 2025	Orçamento 2025	Desvio face ao Orçamento
<b>CMV</b>	505	157	662	1 500	-838
<b>FSE</b>	728 445	276 089	1 004 535	837 600	166 935
<b>Gastos com o pessoal</b>	918 684	43 681	962 364	913 000	49 364
<b>Gastos de depreciações/ amortizações</b>	178 269	57 517	235 786	280 000	-44 214
<b>Perdas por imparidade</b>	0	52 536	52 536	0	52 536
<b>Outros gastos</b>	15 538	45 806	61 344	17 900	43 444
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	14	-14	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 841 454</b>	<b>475 772</b>	<b>2 317 226</b>	<b>2 050 000</b>	<b>267 226</b>

\* valores em euros



A rubrica com maior impacto é a de fornecimentos e serviços externos (FSE) com 43,35%.

Logo de seguida, surgem os gastos com o pessoal, com um peso de 41,53% no total de gastos.

Os gastos de depreciações e amortizações com um valor de 235.786 euros, apresentaram um aumento face a 2024 de 57.517 euros. Em 2025, foram realizados vários investimentos previstos no orçamento e cuja depreciação foi contemplada.

Por sua vez, os outros gastos apresentaram um ligeiro aumento face a 2024 com uma variação de 45.806 euros, dos quais 28.569 euros correspondem a taxas pagas relacionadas com as empreitadas em curso.

Face aos elementos anteriores, constata-se que em 2025 o **resultado líquido do período foi positivo no valor de 1.841.038,74 euros**, enquanto no ano de 2024 havia sido positivo em 1.349.874,71 euros.

## Situação Patrimonial

O total do Ativo em 31 de dezembro de 2025 fixou-se em 9.123.692 euros conforme vem espelhado no balanço. Por sua vez, em 2024 este registava o valor de 7.101.814 euros.

Ao nível dos ativos não correntes, verificou-se um aumento resultante dos investimentos realizados ao longo do ano que, face a 2024, apresentam um aumento de 1.377.087 euros, na sua maioria em investimentos em curso.

Nos ativos correntes, em caixa e depósitos bancários, verificou-se uma oscilação positiva de 499.998 euros, desvio que resulta essencialmente do acréscimo da atividade.

Na conta de clientes registou-se uma variação positiva de 225.322 euros, fruto do aumento da faturação de cedência de espaços relativos a eventos futuros e comissões de serviços prestados durante os meses de novembro e dezembro.

Em 2025 Fundos Patrimoniais ascenderam a 8.168.587 euros e registam um aumento de 29,10% face a 2024, resultante dos bons resultados líquidos obtidos.

Ao nível do passivo corrente, destaca-se a rubrica de outros passivos correntes, onde se regista os fornecedores de investimento com o montante de 189.580 euros e os acréscimos de gastos, conforme vem detalhado nas demonstrações financeiras.

Os diferimentos fixam-se em 471.862 euros e referem-se na íntegra a eventos futuros faturados, dos quais falta receber 32,87 %.

À data de 31 de dezembro de 2025, a AMTC não tinha dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Como principais indicadores da empresa, destacamos os seguintes:

- + Autonomia Financeira = 0,90
- + Solvabilidade Total = 8,87
- + Liquidez Geral = 6,48
- + Endividamento = 0,15

Do ponto de vista de gestão, um rácio não deve ser analisado isoladamente, mas sim com outros indicadores.

O rácio de autonomia financeira exprime a solidez financeira e evidencia a estabilidade da estrutura de capitais e a consequente capacidade no cumprimento dos seus compromissos não correntes. Dado que atingimos um rácio de 90%, evidenciamos claramente um peso mínimo dos capitais alheios no financiamento dos ativos da empresa e baixos encargos financeiros (juros de empréstimos obtidos).

Por sua vez a solvabilidade total de 8,87 indica a capacidade de, com os nossos próprios meios, solvermos os nossos compromissos sem recurso a capitais alheios, o que garante a nossa sustentabilidade e continuidade.

A nossa liquidez geral, com um rácio de 6,48 evidencia um equilíbrio financeiro que analisado em conjunto com o rácio do endividamento nos indica a capacidade de, com os nossos meios próprios enfrentarmos o futuro ficando assim menos vulneráveis e expostos ao exterior.

Com o aumento da atividade, todos os indicadores de estrutura financeira, endividamento e liquidez foram consolidados em 2025, apresentando uma evolução positiva face ao ano transato. Apesar do aumento da receita, a AMTC manteve uma política criteriosa na gestão dos recursos, de modo a cumprir o orçamento de 2025.

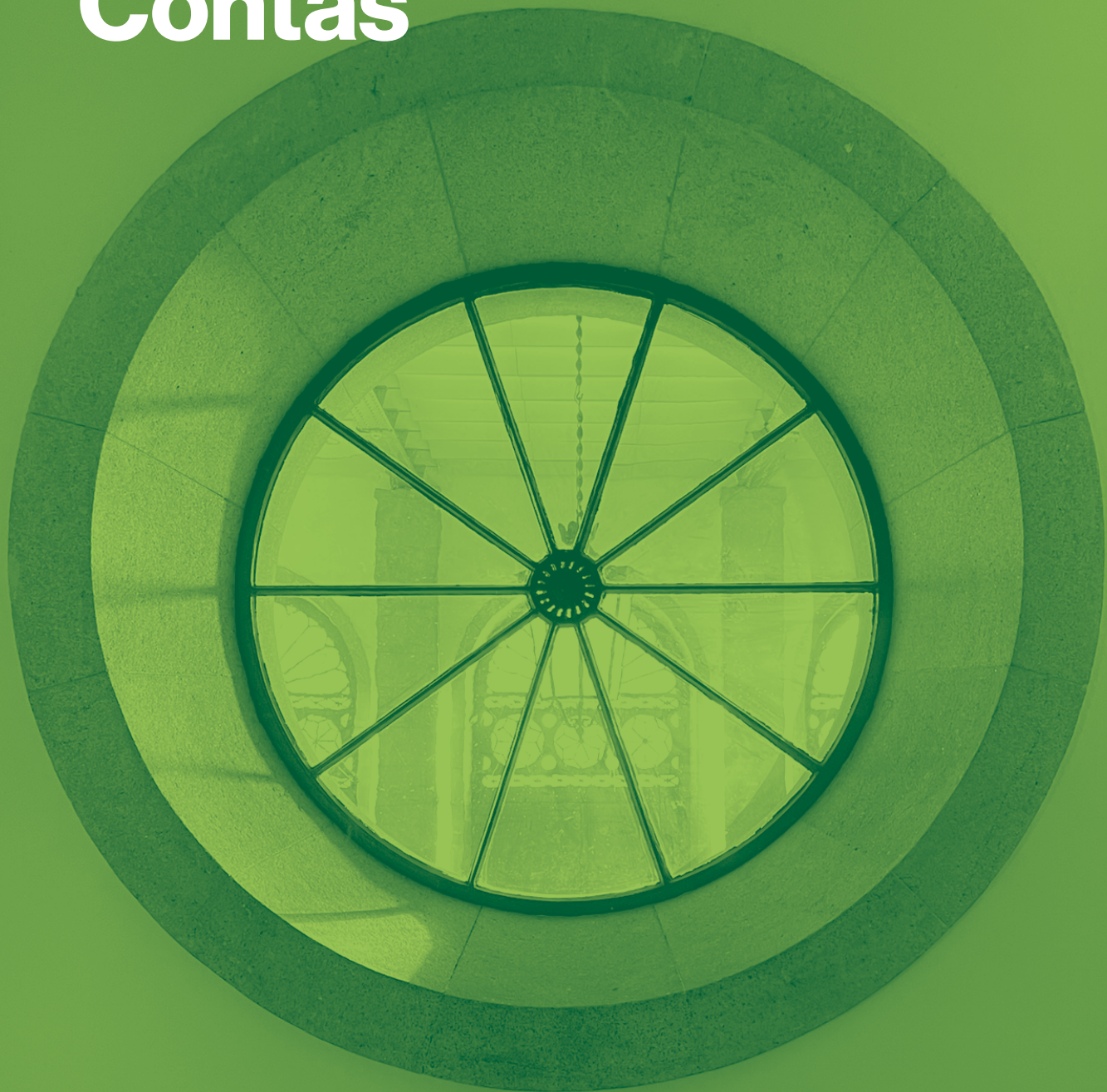
As ações desenvolvidas, os investimentos realizados e as medidas implementadas foram no sentido de adequar a atividade da AMTC e assegurar a continuidade das operações para os próximos exercícios, mediante a informação disponível à data.

### **Proposta de aplicação do resultado líquido do período**

O resultado líquido do período de 2025 foi positivo em 1.841.038,74 euros para o qual, de acordo com a legislação em vigor, se propõe aos Senhores Associados a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.



# Contas



## Índice

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 .....	2
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS .....	3
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS .....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	5
1. Introdução .....	6
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	7
3. Principais políticas contabilísticas .....	8
4. Ativos Fixos Tangíveis .....	18
5. Ativos Intangíveis .....	20
6. Investimentos financeiros .....	20
7. Inventários .....	20
8. Créditos a receber .....	21
9. Estado e outros entes públicos .....	22
10. Outros ativos correntes .....	24
11. Diferimentos .....	25
12. Caixa e depósitos bancários .....	25
13. Fundos Patrimoniais .....	26
13.1. Reservas – Doações .....	26
13.2. Resultados Transitados .....	26
14. Outros passivos correntes e não correntes .....	27
15. Fornecedores .....	27
16. Vendas e Prestação de serviços .....	28
17. Fornecimentos e serviços externos .....	28
18. Gastos com pessoal .....	29
19. Outros rendimentos .....	30
20. Outros gastos .....	30
21. Gastos e rendimentos financeiros .....	31
22. Imposto do exercício .....	31
23. Partes relacionadas .....	34
24. Eventos subsequentes .....	35

Sofia Cavadas

1  
LO.

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

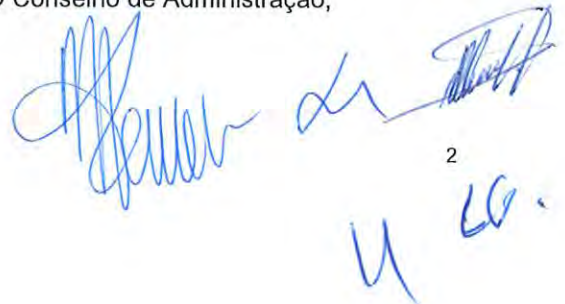
Unidade Monetária: euros

Rubricas	Notas	Datas	
		31 Dezembro 2025	31 Dezembro 2024
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	3.107.984	1.730.897
Ativos intangíveis	5	10.076	7.070
Investimentos financeiros	3.3 e 6	3.836	3.836
		<b>3.121.896</b>	<b>1.741.803</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	3.5 e 8	449.548	224.226
Estado e outros entes públicos	9	145.934	145.934
Outros ativos correntes	3.5 e 10	108.277	192.097
Diferimentos	11	22.746	22.462
Caixa e depósitos bancários	3.6 e 12	5.275.292	4.775.294
		<b>6.001.797</b>	<b>5.360.012</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>9.123.692</b>	<b>7.101.814</b>
<b>Fundos Patrimoniais e Passivo</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Reservas - doações	3.2 e 13.1	341.434	341.434
Resultados transitados	13.2	5.986.115	4.636.240
		<b>6.327.549</b>	<b>4.977.674</b>
Resultado líquido do período		1.841.039	1.349.875
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>8.168.588</b>	<b>6.327.549</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Outros passivos não correntes	14	-	17.011
		-	<b>17.011</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	15	73.829	70.061
Estado e outros entes públicos	9	69.835	95.245
Financiamentos obtidos		1.590	-
Outros passivos correntes	14	337.989	147.970
Diferimentos	11	471.862	443.979
		<b>955.105</b>	<b>757.255</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>955.105</b>	<b>774.266</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>9.123.692</b>	<b>7.101.814</b>

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavadas

O Conselho de Administração,



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS  
POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Unidade Monetária: euros

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	16	3.052.966	2.289.798
Subsídios, doações e legados à exploração	3.11	61.693	15.410
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(662)	(505)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1.004.535)	(728.445)
Gastos com o pessoal	18	(962.364)	(918.684)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3.15.3	(52.536)	-
Outros rendimentos	19	957.798	792.451
Outros gastos	20	(61.344)	(15.538)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.991.016</b>	<b>1.434.488</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(235.786)	(178.269)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.755.230</b>	<b>1.256.219</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	21	85.809	93.670
Juros e gastos similares suportados	21	-	(14)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>1.841.039</b>	<b>1.349.875</b>
Imposto sobre o rendimento do período	3.9 e 22	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.841.039</b>	<b>1.349.875</b>

A Contabilista Certificada,

*Sofia Cavadas*

O Conselho de Administração,

*[Handwritten signatures in blue ink]*

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Unidade Monetária: euros

	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos associados			
		Reservas – Doações e Mecenato	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
A 1 de Janeiro de 2024		340.333	3.471.377	1.164.864	4.976.574
<b>Alterações no período</b>					
Aumentos		1.101	-	-	1.101
Aplicação de resultados		-	1.164.864	(1.164.864)	-
		<b>1.101</b>	<b>1.164.864</b>	<b>(1.164.864)</b>	<b>1.101</b>
Resultado líquido do período		-	-	1.349.875	1.349.875
<b>Resultado integral</b>		-	-	<b>1.349.875</b>	<b>1.349.875</b>
A 31 de Dezembro de 2024	13	341.434	4.636.240	1.349.875	6.327.549
A 1 de Janeiro de 2025		341.434	4.636.240	1.349.875	6.327.549
<b>Alterações no período</b>					
Aumentos			-	-	
Aplicação de resultados		-	1.349.875	(1.349.875)	-
			<b>1.349.875</b>	<b>(1.349.875)</b>	
Resultado líquido do período		-	-	1.841.039	1.841.039
<b>Resultado integral</b>		-	-	<b>1.841.039</b>	<b>1.841.039</b>
A 31 de Dezembro de 2025	13	341.434	5.986.115	1.841.039	8.168.587

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavadas

O Conselho de Administração,

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**


Unidade Monetária: euros

	Notas	Períodos	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	3.5 e 8	3.077.595	2.710.781
Pagamentos a fornecedores	15	1.008.260	753.706
Pagamentos ao pessoal	18	962.364	918.684
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1.106.970</b>	<b>1.038.391</b>
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	9	-	-
Outros recebimentos/ pagamentos	12	725.078	664.218
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>		<b>1.832.048</b>	<b>1.702.609</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3.1, 3.15.2 e 4	1.422.079	603.642
Ativos intangíveis	3.15.2	4.220	-
Investimentos financeiros	3.3 e 6	-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	3.1 e 4	-	-
Investimentos financeiros	3.3 e 6	-	-
Juros, dividendos e outros rendimentos	22	-	-
Subsídios ao investimento	20	-	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>		<b>(1.417.859)</b>	<b>(603.642)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 14	85.809	93.670
Outras operações de financiamento	3.6 e 12	-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3.8, 3.12 e 14	-	(14)
Juros e gastos e similares	22	-	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>		<b>85.809</b>	<b>93.656</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>499.998</b>	<b>1.192.623</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.6 e 12	4.775.294	3.582.671
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.6 e 12	<b>5.275.292</b>	<b>4.775.294</b>

A Contabilista Certificado,

Sofiz Cavada

O Conselho de Administração,

  
5

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Introdução

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações (AMTC) foi criada como uma instituição privada sem fins lucrativos, em 21 de fevereiro de 1992.

Em março de 1993 a AMTC foi declarada instituição de utilidade pública.

A 18 de outubro de 1999 foi assinado o Auto de Cessão do Edifício por parte do Ministério das Finanças à Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, pelo período de vinte e cinco anos a contar da data de assinatura do auto e renovar-se-á por sucessivos e iguais períodos de dez anos se qualquer uma das outorgantes não notificar a outra da vontade de não renovação, por escrito e com antecedência não inferior a três anos relativamente ao termos do prazo ou sua renovação. Expirado este prazo, o Auto de Cessão renovou-se automaticamente por mais 10 anos com efeitos a partir de 18 de outubro de 2024, nos termos da cláusula 9ª do Auto de Cessão.

Em 14 de dezembro de 2000 foi inaugurado oficialmente o Museu dos Transportes e Comunicações.

A Associação tem como fim:

- a) a criação e manutenção de um Museu de Transportes e Comunicações, composto por coleções ou peças próprias ou que lhe sejam confiadas em depósito;
- b) a preservação de infraestruturas de reconhecido interesse histórico, relacionadas com os transportes e comunicações;
- c) a criação e manutenção de um centro de documentação sobre transportes e comunicações;
- d) o desenvolvimento por todas as formas do interesse do público quanto à problemática dos transportes e das comunicações.

A 14 de julho de 2023, foi publicado o Decreto-Lei n.º 16/2023, que classifica como monumento de interesse nacional o Edifício da Alfândega Nova, incluindo o guindaste exterior "A Girafa".

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 09 de março de 2026.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da AMTC, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Sofia Cavadas



6

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

### 2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro do SNC em vigor em Portugal, nomeadamente, a norma NCRF para as entidades do sector não lucrativo, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as necessárias alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual e a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do Setor Não Lucrativo, aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Desta forma, a Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho e a Portaria 218/2015 de 23 de julho, aprovaram os modelos de demonstrações financeiras e o código de contas específico para as ESNL, respetivamente.

### 2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### 2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Não se verificaram alterações de procedimentos das políticas contabilísticas pelo que as Demonstrações Financeiras são no seu todo comparável às do exercício anterior.

Sofia Cavadas

4 10-11  
7  
21

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### **Continuidade**

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a AMTC continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Se existir essa necessidade, as demonstrações financeiras podem ter de ser preparadas segundo um regime diferente, e se assim for, o regime usado será divulgado. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **Regime de acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Concetual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

#### **Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **Compensação**

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

Sofia Cavadas

u w. 8  
[Handwritten signature]

### Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da AMTC, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

### 3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Vidas úteis</u>
Equipamento Básico	4 a 20 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	1 a 10 anos
Outras Ativos Fixos Tangíveis	1 a 10 anos

Sofre Cavadas

10. 11  
4 21  
9  
[Signature]

Refira-se que todos os itens do ativo fixo tangível associados ao Edifício e sua recuperação encontram-se a ser depreciados de acordo com o período remanescente consagrado no Auto de Cessão do Edifício celebrado com o Ministério das Finanças em 18 de outubro de 1999, com um período de vigência de 25 anos, e que se renovou automaticamente por mais 10 anos, ou seja, até 18 de outubro de 2034.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário, registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos Resultados.

### 3.2. Doações recebidas

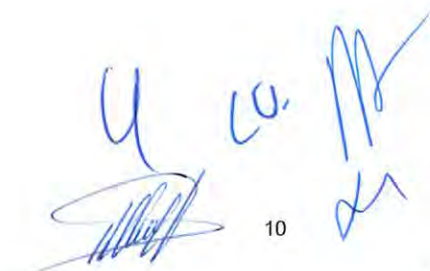
Os bens recebidos pela Associação a título gratuito são registados nos fundos patrimoniais, na rubrica de "Reservas – doações" pelo valor de mercado na data da doação. Estes valores não são passíveis de distribuição.

Para que seja possível a contabilidade espelhar de um modo verdadeiro e apropriado a natureza destes bens, esta rubrica encontra-se desagregada em: "Reservas de doação – Espólio", "Reservas de doação – Títulos", "Reservas de doação – Outros" e "Reservas de mecenato".

No encerramento das contas de 2025, a AMTC apresenta os seguintes valores:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Reservas</b>	<b>341.434</b>	<b>341.434</b>
<b>Reservas de doação:</b>		
Reservas de doação – Espólio	324.671	324.671
Reservas de doação – Títulos	9.590	9.590
Reservas de doação – Outros	2.173	2.173
<b>Reservas de Mecenato:</b>	<b>5.000</b>	<b>5.000</b>

Sofr Cavadas



### 3.3. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A AMTC classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de fundos patrimoniais bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A AMTC avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, reconhecerá uma perda por imparidade na Demonstração dos Resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitante a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;

Sofia Cavadas

U LO. A  
11  
A

iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a AMTC se compromete a comprar ou a vender o ativo.

### 3.4. Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição. Os inventários referem-se, essencialmente, a artigos de *merchandising* alusivos ao Edifício da Alfândega Nova do Porto, ao Museu dos Transportes e Comunicações e ao Centro de Congressos da autoria da *designer* Eugénia da Silva Cunha.

Desde a sua abertura que se tem verificado um baixo volume de vendas. Após a renovação da loja *online* em 2021 e a redução generalizada dos preços, tem sido possível inverter esta tendência. No entanto, sem renovação do stock, torna-se mais complicado manter esta realidade, uma vez que existe menor variedade de artigos à medida que os mesmos são comercializados.

Por uma questão de prudência contabilística, tal como vem prevista na Estrutura Concetual do Sistema de Normalização Contabilística, registou-se no ano de 2011 uma imparidade pelo valor da totalidade do inventário. A mesma poderá ser revertida no futuro caso o Conselho de Administração considere que os fundamentos e pressupostos da mesma se tenham alterado.

Em agosto de 2010, um Contrato de Depósito e Compra e Venda à Consignação com o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, IP através do qual, passamos a comercializar no nosso espaço designado por “Loja” produtos relacionados com o “Vinho do Porto”. Em setembro de 2011 foi celebrado um Protocolo de Colaboração com a Secretaria-Geral da Presidência da República no âmbito do núcleo expositivo do Museu dos Transportes e Comunicações dedicado aos carros dos Presidentes da República, denominado “O Motor da República – Os carros dos Presidentes”, onde se encontra à venda o catálogo da exposição no regime das vendas à consignação. Em novembro de 2025 foi celebrado um acordo comercial com a empresa Alegres Fragâncias, Unipessoal, Lda para o desenvolvimento, produção e comercialização de uma linha exclusiva de produtos de aromatização (difusor de varetas e velas) sob o regime de *private label*, denominada “Curated by Airbel” e associada à imagem da Alfândega do Porto.

Para além destes produtos temos ainda catálogos, livros, porcelanas, têxteis ou peles que podem ser consultados no edifício ou na loja *online* em [www.loja.amtc.pt](http://www.loja.amtc.pt).

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

Sofia Cavadas

u  
12  
u  
12  
Sofia Cavadas

### 3.5. Créditos a receber

A rubrica de créditos a receber é reconhecida inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensurada ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos Resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados (na mesma rubrica), caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### 3.6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo.

### 3.7. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A AMTC classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de fundos patrimoniais bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Sofe Cavadas

13



Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos Resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a AMTC possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### 3.9. Imposto sobre o rendimento

A AMTC encontra-se isenta de IRC e imposto do selo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

O Conselho de Administração não considera necessária a constituição de qualquer provisão para esse efeito.

### 3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a AMTC tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AMTC divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

Sofia Cavada

 10-11  
14 

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### 3.11. Subsídios e apoios do Governo

A AMTC reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de fundos patrimoniais "Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais", sendo subsequentemente creditados na Demonstração dos Resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios, doações e legados à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos Resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

### 3.12. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a AMTC detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no período a que dizem respeito

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a AMTC não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a AMTC tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na Demonstração dos Resultados numa base linear, durante o período da locação.

Sofia Cavadas

15  
U an

### 3.13. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### 3.14. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da AMTC. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

### 3.15. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AMTC são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

#### Estimativas contabilísticas relevantes

##### 3.15.1. Provisões

A AMTC analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sofia Cavadas

 CO.   
16

### 3.15.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

No entanto, e à semelhança do que aconteceu em reservas de doação agrupou-se numa única conta de "Outros Ativos Fixos Tangíveis - Espólio" o valor que a AMTC tem vindo a contabilizar ao longo dos anos dentro desta natureza.

### 3.15.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AMTC, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à AMTC.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	-	-
Constituição	<u>(52.536)</u>	-
Imparidades de dívidas a receber	(52.536)	-

Em meados de 2025, a AMTC deu entrada numa ação judicial, onde peticona a condenação da Ré ao pagamento da quantia de € 52.536 € (acrescido de iva à taxa legal), por incumprimento contratual no âmbito da cedência de espaços.

### 3.15.4. Especialização de gastos e rendimentos

A AMTC faz uma real estimativa dos encargos a suportar com férias, subsídio de férias e encargos relativos a 2025 e cuja regularização acontecerá no exercício subsequente.

Sofia Cavaco

17  
u

#### 4. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

##### Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2024

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	Ativos tangíveis em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2024</b>						
Custo de aquisição	14.043.785	81.418	143.015	1.333.047	413.821	16.015.086
Depreciações acumuladas	(13.491.230)	(25.518)	(138.398)	(1.066.260)	-	(14.721.406)
<b>Valor líquido</b>	<b>552.555</b>	<b>55.900</b>	<b>4.617</b>	<b>266.787</b>	<b>413.821</b>	<b>1.293.680</b>
<b>31 de dezembro de 2024</b>						
Adições	36.365	-	20.055	9.813	537.750	603.983
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	889.388	-	-	-	(889.388)	-
Depreciação - exercício	(145.738)	(11.483)	(14.113)	(5.756)	-	(177.090)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciação transf. e abates	-	-	6.095	4.228	-	10.323
<b>Valor líquido</b>	<b>780.015</b>	<b>(11.483)</b>	<b>12.037</b>	<b>8.285</b>	<b>(351.638)</b>	<b>437.216</b>
<b>31 de dezembro de 2024</b>						
Custo de aquisição	14.969.538	81.418	163.070	1.342.860	62.183	16.619.069
Depreciações acumuladas	(13.636.967)	(37.001)	(146.416)	(1.067.788)	-	(14.888.172)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.332.571</b>	<b>44.417</b>	<b>16.654</b>	<b>275.072</b>	<b>62.183</b>	<b>1.730.897</b>

Sofz Cavadas

*[Handwritten signatures and initials]*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

**Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2025**

	<u>Equipamento básico</u>	<u>Equipamento transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros ativos fixos</u>	<u>Ativos tangíveis em curso</u>	<u>Total</u>
<b>1 de janeiro de 2025</b>						
Custo de aquisição	14.969.538	81.418	163.070	1.342.860	62.183	16.619.069
Depreciações acumuladas	<u>(13.636.967)</u>	<u>(37.001)</u>	<u>(146.416)</u>	<u>(1.067.788)</u>	-	<u>(14.888.172)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>1.332.571</b></u>	<u><b>44.417</b></u>	<u><b>16.654</b></u>	<u><b>275.072</b></u>	<u><b>62.183</b></u>	<u><b>1.730.897</b></u>
<b>31 de dezembro de 2025</b>						
Adições	52.452	-	23.897	19.171	1.516.140	1.611.659
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	7.860	-	-	-	(7.860)	-
Depreciação - exercício	(198.079)	(11.483)	(12.852)	(12.158)	-	(234.572)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-
Depreciação transf. e abates	-	-	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<u><b>(137.767)</b></u>	<u><b>(11.483)</b></u>	<u><b>11.045</b></u>	<u><b>7.013</b></u>	<u><b>1.508.280</b></u>	<u><b>1.377.087</b></u>
<b>31 de dezembro de 2025</b>						
Custo de aquisição	15.029.849	81.418	186.966	1.362.031	1.570.463	18.230.728
Depreciações acumuladas	<u>(13.835.046)</u>	<u>(48.484)</u>	<u>(159.269)</u>	<u>(1.079.946)</u>	-	<u>(15.122.744)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u><b>1.194.803</b></u>	<u><b>32.934</b></u>	<u><b>27.697</b></u>	<u><b>282.085</b></u>	<u><b>1.570.463</b></u>	<u><b>3.107.984</b></u>

Em final de 2025, os ativos tangíveis em curso aumentaram de forma significativa face ao início do ano, por causa das empreitadas em curso, no âmbito da Candidatura aprovado pelo Portugal 2030, com uma taxa de financiamento de 85%.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as depreciações dos ativos fixos tangíveis, no montante de 234.572 € e 177.090 €, respetivamente, estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

Sofia Cavadas

## 5. Ativos Intangíveis

A base de dados do Centro de Congressos é o ativo intangível que está atualmente a ser depreciado. Assim sendo, a 31 de dezembro a conta apresentava os seguintes valores:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Ativos intangíveis</b>		
Custo de Aquisição	16.003	11.783
Amortizações Acumuladas	<u>(5.927)</u>	<u>(4.713)</u>
	<b>10.076</b>	<b>7.070</b>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as depreciações dos ativos intangíveis, no montante de 1.213 € e 1.178 €, respetivamente, estão reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

## 6. Investimentos financeiros

Estes ativos são constituídos por valores mobiliários que representam direitos sobre ativos reais, isto é, rubrica destinada à apresentação das quantias de ativos classificáveis como financeiros nos termos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e com caráter não corrente e que não sejam incluídas noutras rubricas do ativo não corrente.



A 31 de dezembro de 2025, a AMTC reconhece nesta rubrica o valor de 3.836 euros referentes à subscrição de 100 títulos de capital do Crédito Agrícola no valor de 500 euros. O restante valor no montante de 3.336 euros corresponde ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

## 7. Inventários

Os inventários da AMTC, por critérios de prudência, têm o valor zero na sequência da imparidade feita em 2011 e são constituídos por material à venda na loja. Nos casos em que isso aconteça é feita a correspondente regularização do seu valor. Em 2017, houve um primeiro ajuste face às reais existências físicas, tendo-se registado em 2024 uma nova alteração.

Assim, o detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está discriminado de acordo com a seguinte tabela:

Sofr Cavadas

 20. 

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mercadorias	12.177	12.177
Ajustamentos a inventários (imparidade)	<u>(12.177)</u>	<u>(12.177)</u>
<b>Total inventário</b>	<u>-</u>	<u>-</u>

## 8. Créditos a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a decomposição da rubrica de Créditos a receber, é como se segue:

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes	449.548	224.226
Clientes cobrança duvidosa	64.619	196.800
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(64.619)</u>	<u>(196.800)</u>
<b>Total saldo Clientes - correntes</b>	<u>449.548</u>	<u>224.226</u>

Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da cedência de espaços e comissões devidas sobre serviços de *catering*, audiovisuais e outros prestadores no âmbito da atividade normal do Centro de Congressos.

Em 2025, a AMTC constituiu perdas por imparidade, por reconhecer risco de cobrança nos montantes em dívida face ao incumprimento contratual verificado.

Sofia Cavadas



## 9. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos são os seguintes:

	2025		2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC – imposto corrente 2008 a 2010	145.934	-	145.934	-
IRC – imposto corrente 2011 a 2013	-	-	-	-
IRS - Retenção na fonte	-	17.220	-	24.872
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	20.978	-	54.456
Contribuições p/ seg. social e CGA	-	31.637	-	15.917
	<b>145.934</b>	<b>69.835</b>	<b>145.934</b>	<b>95.245</b>

Em fevereiro de 2012, a AMTC procedeu ao pagamento das notas de liquidação de imposto emitidas no seguimento do 2º processo de Execução Fiscal instaurado pelos serviços da Direção Distrital de Finanças do Porto referentes ao triénio 2008/2010 no valor global de 145.933,68 euros, já que os gastos com a emissão das garantias bancárias se tornavam inoportáveis face à atual lei fiscal em vigor. Em agosto de 2016, a AMTC procedeu de igual modo ao pagamento das notas de liquidação de imposto emitidas no seguimento do 3º processo de Execução Fiscal instaurado pelos serviços da Direção Distrital de Finanças do Porto referentes ao triénio 2011/2013 no valor global de 16.486,92 euros.

Em janeiro de 2018, a AMTC foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a informar que, por falta da entrega em tempo útil da procuração nomeando o advogado como gestor de negócio, o processo foi arquivado. No entanto, foi apresentado à Autoridade Tributária e Aduaneira, em julho de 2019, um pedido de revisão oficiosa da liquidação de IRC emitida em consequência dessa ação, no valor de € 16.486,92, pedido de revisão que foi indeferido e deu lugar à apresentação de recurso hierárquico em 12 de julho de 2021. Do indeferimento deste recurso hierárquico, comunicado em novembro de 2022, foi interposta a competente ação de impugnação judicial em fevereiro de 2023. Neste momento aguarda-se a prolação da sentença.

O Conselho de Administração continua a entender que este pagamento em nada afeta a capacidade da AMTC de exigir o ressarcimento destes montantes, sendo sua convicção que estes valores lhe serão devolvidos.

Em 2020, foi proferida sentença favorável a 2 destes processos. No entanto, a Autoridade Tributária interpôs recurso nos prazos legais para o efeito.

Em suma, a AMTC instaurou junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto três ações de impugnação judicial, a saber:

Sofia Cavadas

11.26.25  
  
 22

a) a primeira, com o nº 12/11.9BEPRT, foi deduzida contra as liquidações de IRC relativas aos exercícios de 2005, 2006 e 2007 no valor de € 48.531,75. Esta impugnação judicial foi julgada procedente em outubro de 2020, decisão que foi confirmada pelo Tribunal Central Administrativo Norte em abril de 2025 e transitou em julgado, estando, assim, findo este processo.

b) a segunda, com o nº 778/12.9BEPRT, foi deduzida contra as liquidações de IRC relativas aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, no valor de € 145.933,68. Também neste processo foi proferida sentença, em agosto de 2020, que julgou a impugnação totalmente procedente, da qual veio a ser interposto recurso por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira para o Tribunal Central Administrativo Norte, estando pendente desde junho de 2025 recurso de revista no Supremo Tribunal Administrativo;

c) e a terceira diz respeito ao IRC de 2013 e corresponde ao Processo n.º 387/23.8BEPRT no valor de € 16.486,92. Também esta ação foi julgada totalmente procedente em fevereiro de 2024, vindo a Autoridade Tributária e Aduaneira a interpor recurso para o Tribunal Central Administrativo Norte, aguardando decisão final do Supremo Tribunal Administrativo no âmbito de recurso de revista.

Não existem dívidas em mora a 31 de dezembro de 2025 ao Estado nem à Segurança Social.

No final de 2025, apurou-se um índice de pró-rata definitivo de 98%. Em 2024 foi também de 98%.

Sofia Cavadas

Handwritten signature and initials in blue ink, including the number '4' and the page number '23'.

## 10. Outros ativos correntes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a decomposição da rubrica de Outros ativos correntes, é a seguinte:

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Devedores por acréscimo de rendimentos						
- Subsídios a receber	-	-	-	7.645	-	7.645
- Outros	34.131	-	34.131	142.416	-	142.416
Outros devedores e credores						
- Outros devedores	72.965	-	72.965	41.308	-	41.308
Adiantamentos de fornecedores	1.181	-	1.181	728	-	728
<b>Outros ativos correntes</b>	<b>108.277</b>	<b>-</b>	<b>108.277</b>	<b>192.097</b>	<b>-</b>	<b>192.097</b>

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de outros devedores engloba o montante de 60.881 euros, que serão recebidos no âmbito da Candidatura aprovado pelo Portugal 2030, com uma taxa de financiamento de 85%.

Por sua vez, o valor apresentado em adiantamentos a fornecedores refere-se ao carregamento do contrato pré-ativo da conta da AMTC nos CTT- Correios de Portugal, SA, ao valor da quota do ICOM referente ao ano de 2026 e ao pagamento do recibo verde referente à manutenção dos carros do museu.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Sofia Cavadas

## 11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a AMTC tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Seguros	11.107	11.207
Outros serviços	11.639	11.255
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b><u>22.746</u></b>	<b><u>22.462</u></b>
Faturação antecipada de cedências de espaços	<u>471.862</u>	<u>443.979</u>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b><u>471.862</u></b>	<b><u>443.979</u></b>

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não realizados, como é o caso dos seguros.

Os rendimentos a reconhecer resultam dos contratos negociados com os clientes no âmbito da atividade da AMTC, faturados no ano de 2025 ou anteriores, mas cujos eventos apenas se realizarão nos exercícios seguintes.

## 12. Caixa e depósitos bancários

### 12.1 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	2.870	1.259
Depósitos bancários	<u>5.272.422</u>	<u>4.774.035</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>5.275.292</u></b>	<b><u>4.775.294</u></b>

Sofia Cavada,



O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Numerário</b>		
- Caixa	<u>2.870</u>	<u>1.259</u>
<b>Depósitos bancários</b>		
- Depósitos à ordem	822.422	774.035
- Depósitos a prazo	<u>4.450.000</u>	<u>4.000.000</u>
	<u>5.272.422</u>	<u>4.774.035</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (ativo)</b>	<u>5.275.292</u>	<u>4.775.294</u>

Os outros recebimentos/pagamentos apresentados na Demonstração de Fluxos de Caixa referem-se essencialmente a recebimentos/pagamentos de impostos, nomeadamente, Iva, Segurança Social e Retenções na Fonte.

### 13. Fundos Patrimoniais

#### 13.1. Reservas – Doações

Os bens recebidos pela Associação a título gratuito são registados nos fundos patrimoniais, na rubrica de "Reservas – doações" pelo valor de mercado na data da doação. Estes valores não são passíveis de distribuição.

#### 13.2. Resultados Transitados

Resultam dos resultados obtidos nos anos anteriores.

Sofia Cavadas

## 14. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da rubrica de outros passivos correntes e não correntes é como se segue:

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornec. de investimento	189.580	-	189.580	-	17.011	17.011
<b>Acréscimos de gastos</b>						
Férias, sub.férias e enc.	121.393	-	121.393	126.321	-	126.321
Outros acréscimos	26.278	-	26.278	13.433	-	13.433
Outros devedores e credores						
- Outros credores	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	738	-	738	8.216	-	8.216
<b>Outros passivos correntes</b>	<b>337.989</b>	<b>-</b>	<b>337.989</b>	<b>147.970</b>	<b>17.011</b>	<b>164.981</b>

## 15. Fornecedores

Descrição	2025	2024
Fornecedores correntes	73.829	70.061
<b>Fornecedores</b>	<b>73.829</b>	<b>70.061</b>

O saldo de fornecedor mais significativo refere-se aos gastos de eletricidade e de vigilância do mês de dezembro.

Sofz Cavadas

## 16. Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados é detalhado como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Vendas de Produtos</b>		
Mercado interno	1.541	2.560
<b>Sub-total</b>	<u>1.541</u>	<u>2.560</u>
<b>Prestação de Serviços - Mercado Interno</b>		
Cedências de espaços	3.015.408	2.251.630
Exploração bar	6.098	4.878
Bilhetes de entrada	26.420	27.230
Quotizações	3.500	3.500
<b>Sub-total</b>	<u>3.051.425</u>	<u>2.287.238</u>
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<u>3.052.966</u>	<u>2.289.798</u>

## 17. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

		<u>2025</u>	<u>2024</u>
Trabalhos especializados	i)	208.644	67.431
Publicidade e propaganda		7.799	8.284
Vigilância e segurança	ii)	135.655	81.667
Honorários		170.883	127.159
Comissões	iii)	71.087	39.655
Conservação e reparação	iv)	113.481	101.097
Ferramentas e utensílios	v)	6.451	10.037
Material de escritório		14.149	7.172
Eletricidade		95.836	115.611
Combustível		5.441	4.415
Água		14.592	17.255
Deslocações e estadas		11.719	20.753
Rendas e alugueres		4.231	8.674
Comunicação		15.064	15.275
Seguros		9.538	9.394
Despesas de representação		4.600	4.592
Limpeza, higiene e conforto	vi)	103.128	81.279
Outros		12.237	8.695
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		<u>1.004.535</u>	<u>728.445</u>

Sopz Cavadas

U A  
da  
W.

i) **Trabalhos especializados:** representam os serviços prestados por terceiros indispensáveis ao normal funcionamento da AMTC. Em 2025, engloba ainda o valor inerente às fiscalizações das empreitadas em curso.

ii) A rubrica de **vigilância e segurança** no ano de 2025 apresenta um aumento face ao ano anterior porque, em dezembro de 2024 renegociou-se o contrato e passou-se a ter vigilância 24 horas em detrimento da situação anterior que previa apenas vigilância diária entre as 18h30 e as 09h00, com exceção de fins-de-semana e feriados que o serviço era assegurado 24h.

iii) O valor a título de **comissões** pagas a empresas organizadoras de eventos apresenta um aumento face ao valor registado no ano anterior, resultante da natureza da angariação dos eventos realizados e explicada pelo incremento verificado nas cedências de espaço.

iv) Os gastos com **conservação e reparação** em 2025 são ligeiramente superiores ao ano anterior.

v) **Ferramentas e utensílios:** nesta rubrica estão presentes os gastos em lâmpadas e material para manutenção.

vi) **Limpeza, higiene e conforto:** os gastos decorrentes com o contrato de prestação de serviços de limpeza e que à semelhança de outras rubricas apresenta um aumento de valor na sequência do aumento de atividade.

## 18. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2025 e 2024, foram os seguintes:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remunerações		
Pessoal	767.911	735.353
Encargos sociais		
Segurança Social	173.686	159.307
CGA	5.606	12.968
Seg. Acidentes de trabalho	6.893	5.984
Outros gastos com pessoal	<u>8.268</u>	<u>5.072</u>
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b><u>962.364</u></b>	<b><u>918.684</u></b>

O número médio de funcionários em 2025 foi de 27 (2024: 26).

A remuneração do Revisor Oficial de Contas, membro do conselho fiscal, ascendeu a 5.500 euros.

Sofia Cavadas

## 19. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimentos suplementares	31.117	22.789
Comissões recebidas	i) 822.481	670.202
Prémio de parceria	ii) 99.314	86.708
Regularizações da taxa do Iva pro-rata	736	1.338
Alienações ativos fixos tangíveis	-	-
Outros	4.150	11.414
	<u>957.798</u>	<u>792.451</u>

i) Rendimento obtido, na sua maioria, sobre os serviços de audiovisuais e catering angariados pelo Centro de Congressos.

ii) Rendimento recebido dos parceiros de catering e audiovisuais como contrapartida de angariação de clientes.

## 20. Outros gastos

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos	33.095	1.854
Quotizações	14.327	13.390
Outros	13.922	294
	<u>61.344</u>	<u>15.538</u>

Sofz Cavadas



## 21. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2025 e 2024 é como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Gastos financeiros</b>		
Juros pagos	-	14
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Juros obtidos	<u>85.809</u>	<u>93.670</u>
	<u><b>85.809</b></u>	<u><b>93.656</b></u>

Por força da movimentação da conta caucionada junto da CGD no momento da sua renovação, no ano de 2024 registaram-se gastos financeiros no montante de 14,47 €. Quanto aos rendimentos financeiros, verificou-se uma diminuição justificada pela descida das taxas de juros dos depósitos a prazo.

## 22. Imposto do exercício




A Administração Fiscal questionou a Associação relativamente à isenção ou não de IRC nas receitas provenientes do Centro de Congressos e da exploração do Bar. De forma a esclarecer esta questão o Conselho de Administração decidiu solicitar em janeiro de 2009, um esclarecimento ao Diretor Geral dos Impostos sobre a interpretação da concessão do benefício de IRC.

No dia 11 de fevereiro de 2009 deu início uma ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2005, 2006 e 2007, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 16 de novembro de 2009, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, nos termos da faculdade concedida pelo artigo 60ª da LGT exerceu o seu direito de audição, manifestando o seu repúdio pelas conclusões vertidas no projeto de relatório da inspeção por não ter sido tomado em consideração a totalidade dos dados fáticos que envolvem a sua atividade.

No dia 07 de dezembro de 2009, é rececionado pelos serviços da AMTC o Relatório de Inspeção Tributária nos termos do artigo 77º da LGT e artigo 62º RCPIT) onde os serviços da Direção de Finanças do Porto decidem manter as correções técnicas propostas no projeto de relatório, tendo originado Notas de Liquidação de IRC, acrescido de juros compensatórios no valor global de 48.532 euros. Porém, no dia

Sofia Cavadas

  31 

22 de janeiro de 2010, a AMTC recebeu o despacho do Senhor Subdiretor-Geral datado de 26 de novembro de 2009, no qual é dito que "...os rendimentos prediais obtidos pela Associação com a cedência de espaços e respetivo mobiliário estão isentos de IRC".

No dia 08 de abril foi entregue na 2ª Repartição de Finanças do Porto a Reclamação Graciosa relativa ao processo de Execução Fiscal sobre liquidação de IRC dos exercícios 2005, 2006 e 2007 juntamente com uma garantia bancária emitida pelo BPI no montante de 59.963 euros.

Em novembro de 2010, procedeu-se à impugnação judicialmente.

No dia 07 de julho de 2011 deu início uma nova ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 23 de setembro de 2011, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

A Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, e à semelhança da 1ª inspeção, nos termos da faculdade concedida pelo artigo 60ª da LGT exerceu o seu direito de audição, manifestando o seu repúdio pelas conclusões vertidas no projeto de relatório da inspeção por não ter sido tomado em consideração a totalidade dos dados fáticos que envolvem a sua atividade.

O Conselho de Administração entende que lhe assiste razão, tendo efetuado impugnação judicial desta notificação, se necessário, continuando a não considerar necessária a constituição de qualquer provisão para este efeito.

Referimos que no dia 06 de fevereiro de 2012, a AMTC procedeu ao pagamento dos montantes relativos ao 2º processo de Execução Fiscal no valor global de 145.933,68 euros, já que os gastos com a emissão das garantias bancárias se tornavam incomportáveis face à atual lei fiscal em vigor.

Por sua vez, no dia 25 de fevereiro de 2016 iniciou-se a 3ª ação inspetiva por parte dos Serviços de Inspeção Tributária da Direção de Finanças do Porto relativa aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, tendo originado um Projeto de Relatório da Inspeção Tributária, datado de 17 de maio de 2017, nos termos do artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária (RCPIT) alegando uma correção técnica ao lucro tributável dos 3 exercícios.

Há semelhança dos anos anteriores e apesar do Conselho de Administração entender que lhe assiste razão, pagou a nota de cobrança respetiva no valor 16.486,92 € e efetuou a impugnação judicial no dia 24 de novembro de 2016.

Sofia Cavadas



Em janeiro de 2018, a AMTC foi notificada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a informar que, por falta da entrega em tempo útil da procuração nomeando o advogado como gestor de negócio, o processo foi arquivado. No entanto, foi apresentado à Autoridade Tributária e Aduaneira, em julho de 2019, um pedido de revisão oficiosa da liquidação de IRC emitida em consequência dessa ação, no valor de € 16.486,92, pedido de revisão que foi indeferido e deu lugar à apresentação de recurso hierárquico em 12 de julho de 2021. Do indeferimento deste recurso hierárquico, comunicado em novembro de 2022, foi interposta a competente ação de impugnação judicial em fevereiro de 2023.

Assim, e relativamente ao 1º processo com o nº 12/11.9BEPRT, referente às liquidações de IRC de 2005, 2006 e 2007 no valor de € 48.531,75, foi proferida a sentença em outubro de 2020 e que julgou a impugnação totalmente procedente, anulando as liquidações de IRC em causa. Porém, foi interposto recurso por parte da AT para o Tribunal Central Administrativo Norte, que ainda não foi objeto de admissão formal e consequente envio para apreciação nessa sede. Por força do disposto no artigo 183º-B do C.P.P.T., foi cancelada a garantia bancária prestada pela AMTC para suspensão do processo de execução fiscal relativo a estas dívidas, no valor de € 59.963,00 emitida em 05.04.2010.

Relativamente ao 2º processo com o nº 778/12.9BEPRT, referente às liquidações de IRC relativas aos exercícios de 2008, 2009 e 2010 e no valor de € 145.933,68, foi também proferida sentença, em agosto de 2020, que julgou a impugnação totalmente procedente e anulando as liquidações de IRC em causa, da qual foi interposto recurso por parte da AT para o Tribunal Central Administrativo Norte, para o qual foi remetido o processo em novembro de 2020.

Em suma, a AMTC instaurou junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto três ações de impugnação judicial, a saber:

- a) a primeira, com o nº 12/11.9BEPRT, foi deduzida contra as liquidações de IRC relativas aos exercícios de 2005, 2006 e 2007 no valor de € 48.531,75. Esta impugnação judicial foi julgada procedente em outubro de 2020, decisão que foi confirmada pelo Tribunal Central Administrativo Norte em abril de 2025 e transitou em julgado, estando, assim, findo este processo.
- b) a segunda, com o nº 778/12.9BEPRT, foi deduzida contra as liquidações de IRC relativas aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, no valor de € 145.933,68. Também neste processo foi proferida sentença, em agosto de 2020, que julgou a impugnação totalmente procedente, da qual veio a ser interposto recurso por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira para o Tribunal Central Administrativo Norte, estando pendente desde junho de 2025 recurso de revista no Supremo Tribunal Administrativo;
- c) e a terceira diz respeito ao IRC de 2013 e corresponde ao Processo n.º 387/23.8BEPRT no valor de € 16.486,92. Também esta ação foi julgada totalmente procedente em fevereiro de 2024, vindo a Autoridade Tributária e Aduaneira a interpor recurso para o Tribunal Central Administrativo Norte,

Sofia Cavada





aguardando decisão final do Supremo Tribunal Administrativo no âmbito de recurso de revista.

No entanto, o Conselho de Administração entende que esta situação em nada afeta a recuperação futura destas verbas, tendo sido já feitas diligências nesse sentido.

A AMTC não registou qualquer valor relativo a imposto diferido ativo resultante dos prejuízos por considerar que se encontra isenta de IRC.

### 23. Partes relacionadas

A AMTC tem diferentes categorias de Associados: efetivos, institucionais, promotores e honorários, tal como vem previsto no artigo 4º dos seus Estatutos, os órgãos sociais desta Associação, com exceção do Revisor Oficial de Contas, são nomeados pelos associados. Assim, a Assembleia Geral, o Conselho Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal são considerados como partes relacionadas da AMTC.

A AMTC, nos exercícios de 2025 e 2024, teve transações (sem iva) e saldos com as seguintes entidades relacionadas:

Partes relacionadas:	NIF:	Transações		Saldos devedores a 31 de Dezembro	
		2025	2024	2025	2024
Confraria do Vinho do Porto	501 941 460	8.440	7.416		2.076
Douro Azul, Sociedade Marítimo- Turística, S.A.	503 416 436	12.900	12.900	3.690	1.230
Mysticinvest Holding, S.A.	514 310 286	4.800	4.800	4.723	-
Autoridade Tributária e Aduaneira	600 084 779	6.941	5.312	3.241	-
The Fladgate Partnership Vinhos S.A.	503 818 127	900	900	-	-
Quinta da Boeira	504 435 922	900	900	-	-
Câmara Municipal do Porto	501 306 099	269.474	208.080	-	13.186
Universidade do Porto	501 413 197	750	55.669	-	-

Sof. Lavadas

## 24. Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

Porto, 09 de março de 2026.

A Contabilista Certificada,


Sofia Cavadas

O Conselho de Administração,



António

Luís Miguel S. F. de Sá



Luís M



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “**Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações**” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total 9.123.692 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.168.588 euros, incluindo um resultado líquido de 1.841.039 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todo os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Tal como descrito nas notas 9 e 22 do Anexo, no período compreendido entre 2020 e 2025, foram proferidas sentenças favoráveis à Entidade no diferendo que a opõe à Autoridade Tributária e Aduaneira, relativo a IRC dos exercícios de 2008 a 2013, no montante agregado de 162.421 euros. A oponente apresentou recurso dessas decisões favoráveis à Entidade para o Tribunal Central Administrativo Norte, tendo dois desses recursos sido julgados procedentes. Já no decurso de 2025, a Entidade apresentou recurso dessas decisões desfavoráveis à Entidade para o Supremo Tribunal Administrativo. O Conselho de Administração mantém a convicção no desfecho final favorável à Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 10 de março de 2026

  
\_\_\_\_\_  
António Magalhães & Carlos Santos - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
representada por Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos - ROC n.º.1314





**AMTC**

Associação para o Museu  
dos Transportes e Comunicações

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Em conformidade com o preceituado na Lei e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que foram preparados e lhes foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração da "ASSOCIAÇÃO PARA O MUSEU DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES" (Associação).

Ao longo do exercício, acompanhámos a atividade da Associação, especialmente através da verificação dos registos contabilísticos, documentação de suporte e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Realizámos ainda testes e outros procedimentos relativamente aos bens e valores da Associação, mantendo o contacto com o Conselho de Administração e com os demais Serviços, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos e informações que consideramos necessários.

Uma vez mais, em 2025, o elevado dinamismo da Associação e dos seus responsáveis aliado à manutenção de uma oferta assente na qualidade da infraestrutura e na disponibilidade para o Cliente, traduziu-se em mais um exercício onde assistimos a um expressivo crescimento da Associação nas suas mais variadas vertentes e que, uma vez mais, culminou, ao nível das demonstrações financeiras, com a obtenção dos melhores resultados de sempre da Instituição, facto que relevamos e com que muito nos congratulámos.

Através de uma correta definição estratégica, mas sobretudo devido ao enorme empenho da Associação, dos seus responsáveis e das suas equipas na contínua preservação e manutenção do Edifício da Alfândega do Porto, assistimos, de forma sustentável, à manutenção e valorização do valor histórico e cultural do património edificado, conduzindo ao reconhecimento nacional e internacional da Associação como referência no Sector e contribuindo para o dinamismo económico e cultural da Cidade e do País.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das alterações nos Fundos Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e Anexo, concluindo que a Associação utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.

Procedemos ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 preparado pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria, sem reservas, mas com uma ênfase



**AMTC**

Associação para o Museu  
dos Transportes e Comunicações

relacionada com um diferendo com a Autoridade Tributária, preparado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, membro deste órgão social, os quais mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

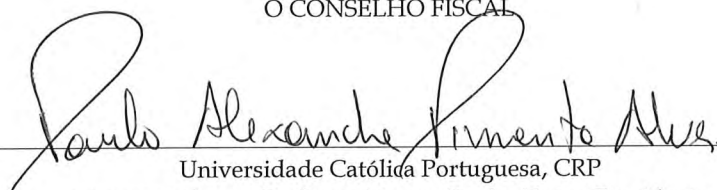
O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores da Associação pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

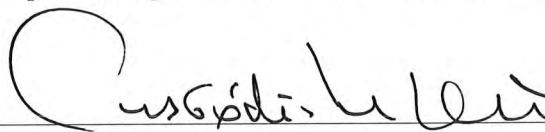
Nestes termos, somos de Parecer:

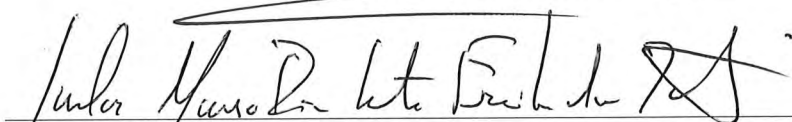
- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2025;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 12 de março de 2026

O CONSELHO FISCAL

  
Universidade Católica Portuguesa, CRP  
representada por Professor Doutor Paulo Alves - Presidente

  
Dr. Custódio Marques de Oliveira - Vogal

  
António Magalhães & Carlos Santos - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
representada por Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos - R.O.C. n.º.1314 - Vogal





Alfândega  
do Porto